



MUNICÍPIO DE AVEIRO
Assembleia Municipal

ACTA N.º 25

Sessão Ordinária Fevereiro

2.º Reunião em 01/03/2019

Ao dia um do mês de Março do ano dois mil e dezanove, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, no edifício sede, sito na Avenida Lourenço Peixinho, presidida pelo Presidente da Assembleia Municipal, Luís Manuel Souto de Miranda, secretariado pelas Primeiro Secretário Maria Arminda Rodrigues de Sousa Correia e Segunda Secretário Daniela Marisa Pereira de Magalhães, e com a presença dos Vogais, Joana Filipa Ramos Lopes, Filipe Nuno Pereira Fernandes Tomaz, Manuel José Prior Pedreira das Neves, Casimiro Simões Calafate, Maria Cristina Macedo da Costa Veiga, Francisco José da Silva Ferreira, Debora Eunice Silveira Lopes, Nelson Alexandre Dias dos Santos, Ângela Maria Bento Rodrigues Nunes Saraiva de Almeida, Firmino Marques Ferreira, Daniela Carla de Sousa Pinto, Victor Manuel Marques de Oliveira, Fernando Tavares Marques, Jorge Manuel Henriques de Medeiros Greno, Maria Inês Sequeira de Bastos Abreu, Carlos Mário Magalhães Anileiro, Fernando Sérgio Ferreira Carvalhal, Miguel António Costa da Silva, Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão, Joaquim Albertino Simões de Oliveira, Ana Maria Pinho de Seça Neves Ferreira, Jorge Miguel da Rocha Gonçalves, Marília Ferreira Correia Martins, Pedro Machado Pires da Rosa, Fernando Manuel Martins Nogueira, Sara Sandra Resende Tavares, António Augusto Cruz de Aguiar, João Carlos Rodrigues Morgado, António Alberto Rodrigues Santos Ferreira Neto, Andreia Patricia Pereira da Fonseca, Filipe Seça Neves Barbado Guerra, e Rui Carlos Medeiros Alvarenga. [001](#)

Pelas 20:30 horas, o Presidente da Mesa declarou aberta a reunião.

Nesta reunião da Sessão faltaram os deputados João Carlos Jerónimo Monteiro de Barros, e Raúl Ventura Martins.

Por parte da Câmara Municipal estavam presentes, o Presidente da Câmara, José Agostinho Ribau Esteves, o Vice-Presidente Jorge Manuel Mengo Ratola, e os Vereadores, Ana Rita Félix de Carvalho, Maria do Rosário Lopes Carvalho, Manuel Oliveira de Sousa, e Joana Fonseca Valente.

Faltaram nesta reunião da Sessão os Vereadores, Luís Miguel Capão Filipe, João Filipe Andrade Machado, e João Francisco Carvalho de Sousa.

Seguidamente, nos termos do artigo 78.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro, o Presidente da Mesa deu conhecimento ao plenário da substituição nesta Sessão dos vogais, Maria da Glória Oliveira Gomes Neto Leite, Carlos Francisco da Cunha Picado, Nuno Manuel Marques Pereira, Virgínia Maria Melo Matos, e Rita Alexandra Monteiro Batista, pelos sucedâneos nas listas de candidatura, respectivamente, Maria Cristina Macedo da Costa Veiga, Joaquim Albertino Simões de Oliveira, Jorge Miguel da Rocha Gonçalves, António Alberto Rodrigues Santos Ferreira Neto, e Andreia Patricia Pereira da Fonseca. [003](#)

Os sucedâneos nas listas de candidatura, Bruno Miguel Ribeiro Costa, Emília Cristina da Cunha Gonçalves, e Eduardo Gonçalo Silva Antunes, pediram escusa.

Também e nos termos da legislação em vigor, o Presidente da Mesa informou que os Presidente de Junta de Freguesia, Catarina Marques da Rocha Barreto, Henrique da Rocha Vieira, e Antero Marques dos Santos, se fizeram substituir nesta reunião da Sessão, respectivamente, por Debora Eunice Silveira Lopes, Daniela Carla de Sousa Pinto, e Miguel António Costa da Silva.

Foram efetuados os reconhecimentos de poderes.

Continuando, o Presidente da Mesa informou o plenário e o público presente, para se associarem num minuto de silêncio, pelo falecimento do ex-vogal da Assembleia, Simão Pedro da Fonseca Tavares Quina, não havendo oposição, foi realizado um minuto de silêncio.

Continuando o Presidente da Mesa da Assembleia, relembrou os pontos da “Ordem-do-Dia” ainda constantes da convocatória para esta Sessão Ordinária de Fevereiro, sendo os seguintes:

Ponto 2 – Apreciação e Votação de Alienação de vários Imóveis do Município de Aveiro;

Ponto 3 – Informação sobre a Atividade Municipal de 06NOV18 a 18FEV19;

Ponto 4 – Apreciação e Votação do Procedimento concursal para dois postos de trabalho a termo resolutivo incerto de Técnico Superior | Áreas de Comunicação e Envolvimento Comunitário, e de Apoio Financeiro e Administração Geral, para o Projeto UIA – Aveiro STEAM City;

Ponto 5 – Apreciação e Votação da Abertura de concurso externo de ingresso para dez Postos de Trabalho na Carreira de Polícia Municipal | Categoria de Agente Municipal de 2.ª classe;

Ponto 6 – Apreciação e Votação do Aditamento ao Protocolo celebrado entre a CMAveiro e a REFER, EPE (atual IP);

Ponto 7 - Apreciação e votação das Propostas de Recomendação à Câmara Municipal, apresentadas pelo BE:

- a)* - Pela não construção de um estacionamento subterrâneo no Rossio;
- b)* - Por um serviço de recolha de resíduos sólidos urbanos de qualidade;

Ponto 8 - Apreciação e votação das Propostas de Recomendação à Câmara Municipal, apresentadas pelo PAN:

- a)* - Pela Implementação do Programa CED no Município de Aveiro;
- b)* - Pela Prevenção e Combate à Violência Doméstica.

(As intervenções, nos termos regimentais, tem como suporte gravação áudio.)

Ponto 2 – Apreciação e Votação de Alienação de vários Imóveis do Município de Aveiro.

(A deliberação tomada pela Câmara Municipal, na reunião ordinária pública, realizada em 08/02/2019, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta acta, em anexo).

Continuando, o Presidente da Mesa⁰⁰⁴ relembrou a introdução feita pelo Presidente da Câmara no ponto anterior, onde fez a apresentação conjunta dos documentos.

Membros da Assembleia

Vogal Filipe Guerra (PCP) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[005](#)

"Exmo. Senhor Presidente e todos os presentes na sala. Em relação a este pacote de imóveis que a Câmara de Aveiro se prepara para vender. Bem, da nossa parte, do Partido Comunista Português, porque é justo e necessário fazer uma breve introdução ao tema, recordamos antes de mais, portanto, que esta venda tem um objetivo claro, da diminuição daquilo que é o passivo da autarquia. E recordamos também aquilo que foi a nossa posição que nem sequer vem deste mandato, vem desde mandatos anteriores. Uma posição de princípio de que haveria na Câmara Municipal de Aveiro uma dívida colossal e difícil de enfrentar.

Por outro lado, um conjunto de imóveis e património da autarquia, que seria dispensável a autarquia ter. Nesse sentido sempre considerámos que em vez de onerar população com aumentos de impostos, seria positiva a alienação de alguns imóveis de forma a resolver o problema grave que a autarquia tem ainda hoje. Este processo portanto, e convém distinguir aqui, dentro deste conjunto de imóveis, estamos a falar de coisas e realidades muito diferentes, eventualmente até poderão ser feitas enfim, votações paradas, mas importa referir o seguinte, sobre a questão do destino destes imóveis. É que hoje em dia, Aveiro, o município, a cidade principalmente, enfrenta hoje um grave problema que tem a ver com aquilo que a especulação imobiliária, daquilo que é o aumento considerável daquilo que são o preço, do que o preço da habitação, que se reflete não só no preço da habitação, mas também consequentemente no preço do arrendamento de habitação.

Aquilo que começou por ser o problema que se cingia ao centro, com a inflação dos preços de habitação no centro, rapidamente e por mancha, contagiou o restante território do município, criando uma situação assaz complexa e que cria problemas de fundo, estruturantes, para aquilo que é a vida de muitos e muitos aveirenses.

E de muitos que não sendo aveirenses para cá quer vir viver. Ou cá precisam de estar durante algum tempo. E esta é uma situação preocupante.

Naturalmente que a responsabilidade não é só da autarquia, é de um conjunto de tendências de mercado, enfim, de outros fenómenos, aos quais a autarquia deve estar atenta.

Nesse sentido, portanto, esta é a realidade do imobiliário em Aveiro, fatalmente irá ter um fim, mas por agora está a criar problemas muitíssimos sérios.

Mas indo áquilo que são os terrenos da zona do plano de pormenor do centro. Nós não consideramos negativa que a Câmara utilize essas verbas e minorar aquilo que é o problema da dívida. Mas preocupa-nos muito (e aí separamos) na exata medida em que a câmara age como um agente de mercado imobiliário, como outro qualquer agente do mercado. Portanto, vende e procurar ter uma margem de lucro tão superior quanto possa ser.

Se por um lado, este tipo de situação para um vulgar agente de mercado é de alguma forma "modus operandi", faz parte da natureza da coisa, quando estamos a falar de uma entidade pública preocupa-nos. Porque a entidade pública tem que ter outro tipo de preocupações que não apenas aquelas que são decorrentes de um qualquer especulador ou agente de mercado.

Por isso preocupa-nos a venda destes imóveis, designadamente aqueles que referi, sejam alienados sem ter qualquer tipo de preocupação da especulação imobiliária no concelho de Aveiro. Sem a preocupação, enfim, que a Câmara de Aveiro com esta receita faça algum investimento, enfim que reduza a dívida, mas que não tenha tido a preocupação de

controlar aquilo que é o exercício de especulação imobiliária que ali irá haver, puro e duro.

Preocupa-nos porque percebemos, enfim, não é preciso que ser-se génio para perceber que ali construir-se aquilo que se tem vindo a construir, que é uma cidade dual, em que o centro fica para as camadas privilegiadas, com maior capacidade aquisitiva, e enfim os outros vão para tão longe onde possam habitar.

Por isso nos preocupa que a Câmara de Aveiro não tenha colocado qualquer ónus àqueles terrenos e passe a agir como vulgar agente do mercado.

Isso constrói um município desigual. As classes trabalhadoras são afastadas do centro o que não é no nosso ver positivo.

Temos mais uma questão a colocar à Câmara Municipal de Aveiro, que se prende com aquilo que o programa IFRU 2020, que admitamos que o Senhor Presidente de Câmara não desconhece.

Estamos a falar de um programa que visa a reabilitação urbana, criado pelo ministério do ambiente, e que têm a participação dos fundos Portugal 2020, do Banco Europeu de Investimento e do Banco de desenvolvimento do Conselho da Europa.

Estas verbas às quais podem candidatar as autarquias incidem essencialmente sobre aquilo que são os edifícios com idade superior a trinta anos, como são alguns dos imóveis que estão neste pacote.

Saber se a Câmara de Aveiro concorreu a isto. Se não concorreu por que é que não concorreu? E saber que perspectiva tem em relação a estes assuntos? Tenho dito."

Vogal Andreia Fonseca (BE) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[006](#)

“Obrigado Senhor Presidente. Começo por cumprimentar todos os presentes. Na passada sexta-feira, o Presidente da Câmara Ribau Esteves referiu algo que me fez pensar mais do que já é habitual. Disse que o Bloco de Esquerda estava noutra mundo. Efetivamente nós estamos mesmo em mundos muito distintos. E a parte boa da democracia é permitir estarmos todos aqui a debater os destinos de Aveiro de forma igual. Sabemos que somos minoria, sabemos que estamos, que temos menos deputados que o PS, mas isso não nos pode impedir de afirmar aquilo que é o nosso posicionamento sobre as diversas matérias. Até porque nós temos o compromisso para com as pessoas que votaram em nós e para com todos os outros aveirenses.

Sabendo qual é o posicionamento do Bloco, já devem saber um bocadinho como é que é a nossa posição em relação a esta matéria.

Na informação divulgada pela Câmara Municipal de Aveiro é salientado interesse imobiliário crescente imóveis na cidade e na periferia verificando-se assim uma suposta oportunidade para a comercialização desses referidos imóveis. Ainda neste seguimento, o próprio Presidente Ribau Esteves frisou o interesse de investidores, sendo este bastante elevado, estando o mercado sobreaquecido, tendo chegado a dizer que alguns detalhes do próprio PDM podiam estar em aberto, em função daquilo que seria as exigências dos investidores para a compra destes imóveis! Sabemos que a origem deste fenómeno também está associado ao investimento público que existe na requalificação de espaço público em Aveiro. Acabámos por falar deste fenómeno na última sessão quando falámos do Saldo excedente, Mas o problema reside no facto de existir uma completa ausência de políticas de habitação. Esta carência leva a expectativa da realização de mais-valias, atraindo o interesse de investidores, levando a compra especulativa e não para usufruto da própria habitação. O dinheiro público está a ser aplicado no espaço comum e sem existir outras políticas, vai levar à expulsão das camadas mais desfavorecidas do centro da cidade. E pensando bem, se calhar nem vai levar só as mais desfavorecidas.

A própria classe média luta para conseguir alugar um espaço no centro da cidade de Aveiro. Desta forma estamos a expulsar aquela que é a nossa maior mais-valia que são os próprios aveirenses.

Há dias, o próprio Presidente Ribau Esteves estava a falar sobre o facto de um dos principais problemas também existentes em Aveiro, ser a falta de mão-de-obra. A falta de mão-de-obra também está associada ao facto das pessoas não poderem viver em Aveiro.

É Ainda importante salientar que estes não são apenas reflexos do funcionamento do mercado. Não é apenas a lei da oferta e da procura. Nós estamos perante um problema bastante concreto. A habitação em Aveiro está a ser inacessível para os aveirenses. Minimizar esta questão é faltar ao compromisso para com os mesmos. Podemos concordar que o mercado precisa ser regulado, mas o problema é que são necessárias políticas públicas de habitação. E a Câmara Municipal tem vindo a negligenciar essa parte. Aliás, ao estar a vender estes imóveis, está a negligenciar cada vez mais essas políticas.

Ao prosseguir com a venda de habitações, estamos a demonstrar uma falta de políticas de habitação, estamos a demonstrar ainda algum desrespeito também para com os aveirenses, ao estar a dizer que a venda de património habitacional pretende regular os preços de mercado que tem vindo a ser potenciados ao máximo nos últimos anos. Ora bem, a venda de imóveis ainda por cima sem qualquer contrapartida social, não vai regular mercado nenhum. Muito pelo contrário vai alimentar esse mesmo mercado.

É importante frisar que em Portugal existe apenas 2% património habitacional público, isto é uma exceção na Europa. E nós bem sabemos que os governos, a maioria dos governos europeus, nem sequer partilha o tipo de políticas que o Bloco de Esquerda defende.

Neste sentido, aquilo que nós defendemos é que as habitações devem ser arrendadas e que os lotes para construção deve ser aplicada uma das seguintes medidas: ou a Câmara Municipal constrói e gere um parque habitacional a custos controlados (não estamos a falar de habitações sociais, estamos a falar de habitações a custos controlados) ou então vende-se com a contrapartida de pelo menos 25 por cento de apartamentos é colocado com ao mercado para arrendamento a custos controlados, para permitir que os aveirenses vivam em Aveiro.

Este Orçamento de Estado prevê que, dentro de limites, Câmaras municipais endividadas como é o caso de Aveiro, possam investir na habitação porque é considerada uma prioridade nacional de momento, sem que esse montante conte para os limites de endividamento.

Esta medida foi também colocada no orçamento por pressão do Bloco de Esquerda. Assim, deste modo, para nós não faz qualquer tipo de sentido alienar imóveis, elementos estratégicos para políticas habitacionais, tendo como objetivo pagar dívida ainda que esta possa ser legítima. Obrigado.”

Vogal Jorge Grenó (CDS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰⁰⁸

“Muito obrigado Senhor Presidente. De volta ao mundo real dizer o que o CDS tem sobre este assunto. É que como a venda de património municipal, como é integralmente utilizado na redução da dívida, irá permitir melhorar o rácio entre a dívida e a receita. E isto está contemplado no Orçamento. Nós votámos favoravelmente o Orçamento, portanto votamos também a favor deste ponto. Obrigado.”

Vogal Fernando Nogueira (PS)⁰⁰⁹

Vogal Joaquim Simões (PS)⁰¹⁰

Vogal Pires da Rosa (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[011](#)

“Boa noite a todos. Boa noite Senhor Presidente. Até porque foi dito quase tudo, pretendia abordar duas questões. Fiquei com a ideia que era uma coisa importante o pagamento da dívida. E é, não está em causa isso.

Nas queria perguntar ao Senhor Presidente se é ou não obrigatório, decorrente da lei do FAM, a obrigatoriedade de consumir o dinheiro para abatimento da dívida no que decorre da alienação de imóveis? Eu penso que é obrigatório.

Portanto se vamos vender os imóveis é com esse fito, ponto final paragrafa. Não há aqui que estar a elogiar a Câmara ou não porque não tem outra opção. Está a tomar esta, tudo bem, mas que fique isso claro.

A segunda questão é: nós recebemos uma lista com uma série de imóveis e o PS sempre disse na campanha eleitoral, no seu manifesto destas últimas eleições, que era a favor desta alienação. Nunca disse o contrário.

Mas fazendo uma ressalva objetiva do que seriam os imóveis estratégicos para o município.

Há dois 2 lotes, do ponto de vista do PS, já foi reforçado pelo meu colega, que do ponto de vista do PS são estratégicos para o município. A pergunta que faço e talvez não seja ao Senhor Presidente de Câmara, talvez seja à Mesa, é de saber qual é o sentido de fazer uma alienação de imóveis para cumprir o que dita a lei das autarquias locais, em conjunto com esta dimensão, sendo que os documentos que suportam a alienação dos mesmos, são díspares, são diferentes, têm preço por metro quadrado diferente.

Eu recordo que esta Assembleia tem a competência exclusiva de autorizar esta alienação e de fixar as condições.

Nomeadamente o preço, a forma de concurso, etc. E, portanto, parece-me a mim curto ou confuso, estarmos a votar a alienação na sua totalidade de todos os imóveis. E, portanto, deixava esta questão, não sei se para o Senhor Presidente da Assembleia ou para o Senhor Presidente da Câmara, sendo certo que na Câmara a votação já foi feita em conjunto.

Mas a mim, não gostava de não deixar esta reserva, porque me parece muito curto, parco, e acho que do ponto de vista da clarividência das deliberações faria mais sentido fazermos a votação imóvel a imóvel — que é para isso que fomos eleitos. Disse.”

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[012](#)

“Boa noite a todos. Estamos aqui a falar de património não estratégico aos planos do executivo e não se encontra o mesmo ao dispor dos aveirenses. E tendo por nota que o resultado dessa venda será para abater a dívida, para que aproximando-se a passos largos do rácio de 1.5, nesta bancada iremos votar favoravelmente.”

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:[013](#)

“Senhor Presidente Muito obrigado. Boa noite a todos. Em relação às questões do Filipe Guerra dar nota do seguinte. Uma parte da receita que nós vamos ter com esta alienação, correndo bem obviamente, é para cuidar das infraestruturas. E o caso mais crítico que temos é o Plano de Pormenor do Centro. Vimos aquando da repavimentação da Rua José Afonso que, afinal, o que lá estava não era uma estrada era um embuste. E tivemos de construir uma estrada nova. Vimos quando começou a obra (neste momento já se começa a haver acima do taipal) dos dois prédios ali no enfiamento da Jerónimo Pereira Campos, vimos também que ali não havia dois lotes. Eram mais dois embustes.

E agora que estamos ultimar o projecto da ciclovía entre a estação da CP e da Universidade, já temos a certeza que aquela estrada que faz a ligação entre a rotunda ovalada, quando acaba o centro de congressos e a rotunda junto do Pingo Doce é outro embuste.

E o que são estes embustes? São entre aspas "estradas" construídas a fazer de conta, em que colocaram camadas baixas de alcatrão e em cima terra. E quando lhe vamos mexer, seja para repavimentar, seja para construir como é o caso do que referenciei, vemos que de facto não está lá uma estrada.

Isto para dizer que só para mudar as infraestruturas do lote onde se está a construir, tinha uma linha de média tensão enterrada, ninguém sabia. Tinha uma conduta de saneamento básico, ninguém sabia. E tinha uma linha de telecomunicações que ninguém sabia.

Porquê? Porque a irresponsabilidade da gestão da nossa câmara foi ao limite, de vender lotes com infraestruturas em baixo, sem que o vendedor o soubesse ou assumisse e que o comprador soubesse. E portanto, são largas dezenas de milhares de euros que nós já tivemos que pagar para poder aquela obra estar a andar depois do licenciamento, porque só ganhámos consciência quando a empresa começou a fazer a obra.

E aí para tudo, porque, afinal, está aqui uma linha de média tensão, afinal está aqui uma linha de telecomunicações, que afinal está aqui uma conduta de saneamento.

A parte de saneamento conseguimos que a ADRA a fizesse e a pagasse. As outras tivemos de ser nós a pagar.

E assim vai ser. Na José Afonso não foi uma pavimentação. Foi uma a estruturação de uma estrada nova. E agora também é a construção de uma estrada nova. Aquilo foi tudo à pressa para arranjar dinheirinho para pagar despesas grandes em que a Câmara se meteu e esperar que venha um Presidente d Câmara que faça bem, porque agora temos pressa, precisamos é de receita.

E, portanto, deixar claro que há aqui uma parte da receita que nós vamos usar para resolver os problemas que estes lotes e estes terrenos têm. Nós já sabemos que no PP do Centro, que dois dos quatro lotes têm lá uma linha de alta tensão e que precisa de ser desviada. Só o desvio da linha custa 70 mil euros.

E isto já sabemos. Ainda não sabemos tudo sobre os lotes. Portanto está em causa uma operação em que é preciso gastar dinheiro e investir para que a operação possa acontecer.

Segunda. Há aqui uma atitude da nossa parte que é uma atitude política e ideológica. Nós entendemos que o mercado a funcionar é o melhor mecanismo da regulação.

Por exemplo Filipe, quando fala destas questões da especulação, diga-me o que é a especulação? Hoje o que é que está provocar especulação de que em pouco tempo os nossos custos de habitação seja para comprar seja para arrendar tenham subido tão rapidamente. O que é que provocou isso? Uma coisa muito simples. Uma incapacidade da oferta de habitação responder à procura. Foi tão só isto. Eu a isto não chamo especulação.

Especulação chamo àquelas pessoas que têm um bem que vale 1 milhão e o vendem por 5 milhões – a extrema-esquerda sabe muito bem do que falo. Isso é que é especulação.

Agora quando tantas cidades deste país têm que resolver este problema da subida dos preços, como é que isto se resolve? Só conhecemos duas soluções. Uma o Filipe falou dela e a Andreia também falou. Primeira é o mercado a funcionar aumentando a oferta, para que aumentando a oferta possa existir na resposta que a procura está disponível para dar, uma redução. Isto são os mecanismos normais.

Isto vai acontecer com os terrenos que nós estamos lançar? Claramente que não. Damos um contributo, não vamos resolver coisíssima nenhuma. Como há outros contributos que

já vemos em obra. Outros que já vemos os licenciamentos mas que não vemos em obra. E outros que enfim ainda estão em reflexão e nos investidores.

O segundo mecanismo é aquele que o Filipe e a Andreia falaram, que é a política de habitação. Mas isso hoje não há. Política de habitação teve Portugal na década de setenta, na década de oitenta, quando decidiu investir dinheiro público à séria, montantes brutais, para colocar habitação no mercado.

Hoje o nosso Estado não tem dinheiro para isso! Eu também acho que mesmo que tivesse dinheiro não o queria fazer. Mas isso agora é outra conversa. Não tem dinheiro isso não é discutível. E portanto aquilo que se faz é criar condições para estimular o mercado. Um dos instrumentos foi aquele que o Filipe referenciou, o IFRRU. Embora o IFRRU é já hoje um instrumento démodé. Porque o IFRRU foi inventado numa altura em que os países da União Europeia não tinham acesso a crédito bancário. A banca tinha a porta fechada. Pelos motivos todos que sabemos. E portanto a Comissão Europeia e Portugal, arranjaram mecanismo para resolver o problema e criaram o IFRRU.

Hoje os IFRRUs são úteis? São. Mas de facto não são precisos para nada porque a banca têm instrumentos ao dispor de todos que são em termos comerciais parecidos.

O IFRRU tem algumas vantagens, mas que em termos de burocracia é dez vezes pior que um banco. Isto porque de facto mudou a situação bancária radicalmente desde quando desenhamos bem o IFRRU. Mas hoje quando olhamos para os indicadores a utilização tem índices muito baixos porque a banca é que gere o IFRRU e este é gerido por entidade pública. As entidades que gerem os contratos dos investidores que querem usar o IFRRU não vão falar com o Presidente da Câmara. Vão falar com o banco A ou com o banco B que pertencem ao grupo de banco que contratualizaram as verbas do IFRRU.

E portanto esses mecanismos estão ao dispor de privados. A Câmara pode ir? Não pode. A nossa Câmara está impedida enquanto não atingir 1.5% de contrair empréstimos bancários.

E a história do limite de endividamento não se aplica a uma Câmara como a nossa que somos uma Câmara FAM. Câmara FAM com um índice de relação entre a dívida com a receita ainda superior a 1.5%. Portanto nós estamos impedidos de ir ao IFRRU.

E portanto, nós apostamos mesmo no mercado. Somos uma Câmara que licencia hoje rapidamente. Temos uma Câmara que trata com os investidores com diligência. Temos uma Câmara que faz a sua parte e traz este contributo para resolver problemas.

O nosso investidor dos prédios que licenciamos nos bater à porta a dizer tenho aqui os tubos de saneamento e uns cabos de média tensão, como é que vou resolver o problema, foi imediatamente que activámos uma equipa técnica e resolvermos o problema.

Portanto é esta a forma de nós termos política de habitação sem o clássico instrumento de ter dinheiro para poder meter na política de habitação.

Mas a Andreia faz um outro exercício e também o fez o Filipe que é, pomos essa hipótese de lado. A Câmara constrói e vende a custos controlados. Mas isso hoje é impossível. A Câmara tem dinheiro. Mas se nós puséssemos que o nosso dinheiro em vez de ser para fazer as coisas que lá estão fosse para habitação não nos deixavam. E muito bem.

Então uma Câmara carregada de problemas em infra-estruturas básicas vai-se pôr a fazer habitação num estado de direito democrático em que quem faz habitação são os privados. Isso não existe. Nem nós proporíamos nunca. Mas mesmo que o tivéssemos proposto era chumbado liminarmente.

Questão segunda. Está bem, então venda mas condicione que 25% é para arrendamento. Nas minhas contas grosseiras, deixar isto claro, uma operação desta natureza pode ser fatal para a sustentabilidade de um investimento.

E portanto, além do princípio político que referenciei anteriormente, malgrado se possa e deva aprofundar aquilo que eu disse, até porque temos aqui tipologias muito diferenciadas,

zonas de construção cara e zonas onde a capacidade de investimento é altíssima. Temos construções que necessitam de um valor brutal.

Podemos admitir que no PP do Centro essa sua regra não perturbava gravemente a sustentabilidade financeira? Assumo. Sim. O nosso edifício da rua Manuel Firmino aguentava isso? Nem pensar. Não tem condição nenhuma financeira de aguentar. Algum investidor do PP do Centro interessado naquele negócio, naquele setor, estaria interessado numa operação com o condicionamento desta natureza? Do que eu conheço do mercado não.

Portanto é este tipo de entendimento que nós fazemos para tomar este tipo de decisões.

O Fernando Nogueira colocou uma questão, aliás, a Andreia também, de que as palavras do nosso sector imobiliário está em alta e em sobreaquecimento, nunca foram minhas. Nem nos documentos, nem no meu discurso, alguma vez usei semelhantes termos. Primeiro porque os não uso. Segundo porque não sei o que é isso. Por uma questão de princípio não uso palavras que não conheço o sentido. O que está dito e escrito é que há um dinamismo crescente no imobiliário. Há. O sobreaquecimento levar-nos-ia sempre a questão financeira se está a levar muito preço, muito alto ou pouco alto. Continuo a achar isto e tenho-o dito em público a investidores e a proprietários.

Hoje o maior problema que nós temos para que ainda haja mais dinamismo no mercado imobiliário do nosso município é o valor que os proprietários dos terrenos quer ter pelos terrenos. Os valores não baixaram na crise. E os valores hoje estão a patamares muito altos e, infelizmente, por isso, o nosso dinamismo na área imobiliária não está mais forte e não chegaremos mais rapidamente a um equilíbrio seguramente diferente do anterior entre a oferta e a procura. Eu ainda a semana passada reuni com um grupo de proprietários que querem vender um terreno por 1,9 milhões de euros. Embora tem uma conta especial porque como são 9, tentam dividir o valor de forma a que dê o valor interessante para cada um dos 9. E eu disse-lhes com meridiana clareza, vocês não vendem esse terreno, nem vocês, nem os vossos filhos, nem vossos netos, porque esse valor não tem nenhuma relação com a realidade. Nenhuma, absolutamente nenhuma. E depois em pormenores expliquei-lhes porquê e eles concordaram. Porque obviamente as coisas são o que são. Hoje, eu diria que, usando a nota da especulação Filipe, onde a especulação está, está de facto, embora não use essa palavra, estou a pegar na sua palavra, está de facto, em regra, o preço que os nossos proprietários querem pelos terrenos, está sobredimensionado relação à capacidade de quem procura comprar para investir pode oferecer.

O Fernando colocou outra questão e eu quero dizer-lhe com clareza. Este assunto de hoje toca nesse assunto, mas não tem nada a ver com ele. E, o assunto que aqui foi abordado, trazido por dois membros da bancada do Partido Socialista e que eu respondi com clareza, hoje não vou repetir a resposta. Porque a resposta que dei aqui na altura, a uma questão suscitada pelo Raul Martins e Pedro Pires da Rosa, foi meridianamente clara.

O processo está em desenvolvimento. É um processo muito difícil. E é sabido que parte dessa dificuldade tem a ver com asneiras graves cometidas pela Câmara Municipal de Aveiro, e eu estarei disponível daqui espero poucas semanas, quando tivermos tudo visto, poder-vos dar informação rigorosa e completa, não pública, nunca o farei em público, sobre esse dossier, mas farei obviamente aos membros da Assembleia Municipal que o quiserem fazer. No entanto essas ideias boas que tivemos e que partilhámos aqui nessa reunião da nossa parte continuam a ser objetivos.

Apenas lembrando que o lote de 23 não está perto do campo de futebol, está em cima dele. E se fosse só o 23 até dormíamos bem. O problema é que metade está no 23 e a outra metade esta no 24. E o 24 está mais que vendido há muito tempo. E não há conversa.

Portanto aquela ilusão de óptica de que está ali um campo da bola para os meninos jogarem à bola é mesmo uma ilusão.

No que respeita à implantação dos prédios do plano de pormenor não é possível fazer lá nada, não por causa do relvado sintético. Mas estamos a trabalhar nesse assunto.

Mas deixem-me só dar a nota que ainda tenho esperança de que vamos ter algum sucesso. Mas esta matéria conflitua em zero, rigorosamente em zero, com a proposta que aqui trazemos.

Joaquim Simões trataremos da questão que colocou, mas hoje não é dia. Dar-lhe nota que essa área tem-nos dado uma grandíssima trabalhadeira. Porque a recuperação das áreas verdes dos Montes de Azurva é uma coisa inaudita. Feita com os pés. Completamente. Mas estamos a trabalhar nela com afinco, no quadro da obra de requalificação urbana. Portanto aproveitámos como sabe o projeto e estamos já na recta final da sua elaboração, para procurar perceber tudo e arranjar soluções para tudo aquilo que, digamos, é obra de qualificação. Neste momento só lhe posso dar nota que ainda temos muitas coisas para perceber e decisões para tomar em cima das perceções, mas que estamos a trabalhar com toda a atenção no quadro do projeto. Embora não esteja diretamente ligado, mas no quadro estamos a trabalhar nesse assunto.

O Pedro Pires da Rosa perguntou se é ou não prioritária a Receita. Para nós em termos políticos é. Para o FAM em termos da leitura da lei não é.

E a minha discussão última com o Presidente do Fundo acabou nisto. O Fundo acha que após a revisão do programa e com base nas previsões de Receita do programa, a única coisa que temos que cumprir no quadro da lei é o valor que está no novo programa.

Tudo o que seja acima desse valor a Câmara faz ao valor aquilo que muito bem entenda.

Esta é a leitura da Direcção do Fundo. E, portanto, obviamente, nós partilhamos, mas para nós essa questão não interessa. O objetivo político foi absoluta e claramente fixado, o valor do proveito desta alienação é para em 100% para pagar a dívida. A obrigação legal restringe-se ao valor está no PAM, acima desse valor a Câmara tem liberdade de fazer o que bem entende, mas a nossa opção política está tomada. Aliás está escrita com clareza e dela não pretendemos abrir mão. A não ser salvo ai uma questão qualquer que nos apareça, sem nós estarmos hoje a perspetivar. Mas repito, hoje não a perspetivamos. Quanto à sua questão. Nós achámos isto. É evidente que é discutível. Em vez de termos aqui uma só proposta temos aqui quinze propostas.

Porque é que temos aqui dois pares de lotes. Por que é que no PP do Centro não estão os lotes autonomizados? É pertinente. Eles são duas coisas, não são só uma coisa. São duas coisas jurídicas. Apenas o que é que entendemos, é que o lote da frente Ria, tem muito mais valor que o de trás. E portanto entendemos somar um de frente e um de trás para procurar que não haja um desfavorecimento em termos de valor muito grande.

É uma estratégia discutível como todas. Já não é discutível para nós, com a sua dimensão política, com aquilo que queremos fazer à sua receita, seja uma só operação. Isso para nós não tem discussão. No executivo municipal isso nem sequer a questão foi suscitada e até porque se fôssemos um a um, só ficavam aqui os do Plano de Pormenor do Centro. Os outros nem sequer chegavam à competência da Assembleia Municipal, bastava a decisão da Câmara.

Mas não essa a questão. Esta é uma questão política em primeiro lugar. Tem a ver com a venda deste conjunto. São 8.5 milhões de euros arredondando a conta. Portanto é a questão política que está em causa. É uma questão, não perspetivamos proximamente e o proximamente, enfim, é este ano 2019, estar a fazer uma operação idêntica a esta e, portanto, entendemos fazer uma única operação. Na hasta pública, como é óbvio, a hasta é feita lote a lote. Um a um como em qualquer hasta pública.

Vamos lançar o novo concurso dos moliceiros, a nova concessão. É um concurso, embora sejam 10 posições. Na hasta pública são feitos um a um. Mas a decisão política vai ser uma só. E foi esse o critério que seguimos e julgo que a razão política é absolutamente clara.

E estamos tranquilos em relação à solidez administrativa e jurídica desta nossa decisão de Câmara e aqui proposta à Assembleia Municipal. Muito obrigado Senhor Presidente.”

Membros da Assembleia

Vogal Filipe Guerra (PCP)⁰¹⁵

Vogal Andreia Fonseca (BE)⁰¹⁶

Vogal António Neto (BE)⁰¹⁷

Vogal Fernando Nogueira (PS)⁰¹⁸

Vogal Pires da Rosa (PS)⁰¹⁹

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰²⁰

Membros da Assembleia

Vogal Pires da Rosa (PS) — Nos termos do artigo 34.º do Regimento:⁰²¹

“Senhor Presidente é na figura regimental da defesa da honra, é uma figura regimental, o Senhor Presidente já esclareceu isso, mas não queria deixar de fazer a defesa da honra e consideração que é o que diz a figura regimental.

Só para deixar claro que não represento ninguém que tenha um terreno naquela zona nem nunca em nenhum momento (e já fiz parte desta assembleia muitos anos) intervim em qualquer ponto onde falasse ou produzisse uma declaração qualquer, sobre qualquer ponto, de qualquer cliente que represente. Era só para deixar isto bem claro.

Não tem a ver com o Senhor Presidente da Câmara, poderá explicar o que quiser, e depois esclareceu melhor aquilo que tinha dito e, portanto, eu ouvi e foi isto que se passou, ponto final parágrafo.”

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰²²

“Dr. Pires da Rosa, a única vez que me cruzei consigo, eu como presidente de Câmara e o Senhor como advogado num processo, que até foi politicamente muito relevante pela mão do Partido Socialista, o único testemunho que tenho que dar é da sua seriedade, correção total, separação total naquilo que foi o seu preceito posicional ok.

Portanto quando eu tiver de acusar alguém de fazer asneiras graves, acusarei com meridiana clareza. Como sabem nunca tive medo de falar de corrupção ok. Já estamos entendidos, que entenda bem, que o único caso que tive consigo o seu comportamento foi da maior e absoluta correção. E num caso onde o Partido Socialista lhe pegou à séria para nos atacar politicamente. Vexa estava lá no meio e portou-se como um profissional como deve ser e não se portou como o político que não deve, obviamente não esteve lá nesse espaço.

Este é o meu testemunho único. Ainda não nos cruzámos em mais nenhum, se tivesse um segundo daria também o segundo. E portanto é o que espero de si, porque é o que já testemunhei e que perante todos aqui sumariamente manifesto. Muito obrigado.”

Não havendo mais intervenções, o Presidente da Mesa, colocou à votação⁰²³ Ponto 2 – Apreciação e Votação de Alienação de vários Imóveis do Município de Aveiro, sendo a proposta aprovada por maioria, com trinta e um votos a favor (PSD16+CDS6+PS10) uma abstenção (PAN1), três votos contra (BE2+PCP1).

Não houve declarações de voto.

Ponto 3 – Informação sobre a Atividade Municipal de 06NOV18 a 18FEV19.

(O texto da Informação Escrita do Presidente da Câmara Municipal foi distribuído a todos os membros da Assembleia e faz parte integrante do original desta acta, em anexo).

O Presidente da Mesa deu a palavra ao Presidente da Câmara⁰²⁴ para fazer a apresentação da Informação Escrita da Atividade Municipal.

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰²⁵

"Senhor Presidente, muito obrigado. Sumariamente dizer que este foi um período muito intenso. As actividades municipais também se medem aos palmos, mas não é exactamente essa a medida que eu gosto de usar.

Foi um período de inaugurações de obras muito importantes. A nossa João Afonso, a nossa Jaime Magalhães Lima, a rua da Maritona e o arranque de outras tantas obras mais que estas três, nos quatro cantos do município. Posso referenciar a rotunda do ISCA, a N230 em Eixo, etc.

Temos um momento muito obreiro, além de termos tido neste período um momento de muitas realizações na área da cultura. Com o sucesso das nossas Boas Festas em Aveiro, com um conjunto de intervenções, que de facto marcam esta vida intensa, activa, muito participada.

E obviamente, um dos dossiers, talvez um dos que ocupa mais páginas da exposição, é o dossier do Rossio.

Em que tivemos a apresentação pública da apresentação do estudo prévio, nos termos do nosso compromisso, que foi apresentado e discutidíssimo. E, portanto, também aí cumprimos esta nossa opção política de abertura e de espaço de interação com os cidadãos.

E, obviamente, que esta dinâmica todo que temos em desenvolvimento, marca o cumprimento dos compromissos que assumimos com os nossos cidadãos.

Marca as apostas da modernidade com a ativação dos três autocarros eléctricos da nossa concessionária. E além do mais, dentro de pouco tempo temos outra boa notícia no que respeita à utilização do modo eléctrico, em acções de cooperação com a nossa concessionária.

Porque o trabalho dos nossos projectos de negociação de Fundos Comunitários para financiar os nossos objectivos, designadamente aqueles que têm envergadura financeira de maior monta, tem obviamente aqui um espaço de relevância grande. E portanto este caminho vai prosseguir.

E entretanto, estarão mais duas obras na área da requalificação de edifícios que estão entregues ao Ministério da Saúde para cuidados primários de saúde. No próximo sábado dia nove de Março estaremos a inaugurar a Unidade de Saúde de São Jacinto às três da tarde e às cinco da tarde a Unidade de Saúde familiar de Aradas.

Finalizando intervenções muito importantes que desenvolvemos e que acordámos com o Ministério da Saúde e com a Autoridade de Gestão do Centro 2020, que é o financiador principal.

E, portanto, está é uma informação municipal que marca este período de quase três meses. Mas marca, também, esta fase em que estamos de intensa atividade nas obras, nos projectos. Na próxima sexta-feira, de hoje a oito, de manhã teremos um grande momento de apresentação pública do nosso projecto Aveiro Steam City.

Dando-nos a honra o Senhor Comissário Europeu, Carlos Moedas, de cá vir. Até porque somos o único município português com um projecto financiado pela iniciativa comunitária Urban Active Action. Uma ação muito importante a vários níveis.

E é esta partilha que fazemos com a Assembleia Municipal. Com os cidadãos todos os dias. Não trazemos novidades para este documento, mas obviamente é uma sumula, mas aqui com uma nota muito importante de olhar para a frente, porque muitas das operações que aqui estão relatadas são operações que têm futuro, que vão ter obras, eventos, que se vão realizar e essa é a dinâmica que está instalada e está criada nesta actividade municipal, que foi muito intensa neste período. Mas que garantidamente vai continuar a ser muito intensa em razão do cumprimento dos objectivos que assumimos e em razão desta vida nova em que a nossa Câmara vive. De ser uma Câmara reestruturada financeiramente e reorganizada.

Ainda hoje dei posse às nove da manhã aos novos chefes de divisão que foram nomeados no seguimento do concurso público que recentemente realizámos. E obviamente é esta etapa nova que estamos a viver e que vamos viver com toda a intensidade e que obviamente esta informação relata. Estarei obviamente ao dispor para as questões que bem entenderem. Muito obrigado."

Membros da Assembleia

Vogal Rui Alvarenga (PAN) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[027](#)

"Boa noite a todos. Eu gostaria de começar por questionar o executivo, na pessoa do Senhor Presidente, em que pé é que está a contratação do Veterinário Municipal e já agora, por extensão, em pé é que estamos do Centro de Recolha Intermunicipal?

Isso desapareceu um pouco aqui na comunicação. Não sei. Eu li isto um pouco na transversal, mas não visionei aqui estes dois pontos. Isto um pouco na sequência e na preocupação que continua a ser legítima, porque os animais abandonados subsistem. Nós tivemos há bem pouco tempo, as matilhas de São Jacinto, o Senhor Presidente não quis dar a resposta na última sessão, relativamente à forma como resolver um problema. Pode ser até uma forma adequada e exequível para se estender ao resto do município, mas gostaria que me elucidasse como é que foi feito isso. E se isso envolveu técnicos especialista e se foi feito convenientemente.

A segunda parte da minha intervenção tem a ver com a construção do complexo campos de futebol o Estádio Municipal de Aveiro. Esta insistência no futebol não nos preocupa, nós gostamos de futebol obviamente, mas é uma insistência que carece aqui de alguma explicação e alguma contextualização ao nível da política de desporto.

Temos um estádio municipal que tem a utilidade que todos sabemos. O Sport Clube Beira-Mar, continuo a dizer, é um clube de bairro, quase. Não tem uma dimensão nacional nem sequer é primodivisionário. É um clube que oscilou sempre pelas segundas divisões, e eu gostaria de saber quantos campos é que vão ser construídos? Gostaria de saber se os clubes das outras freguesias, aliás, nós temos quase praticamente um campo por freguesia mais ou menos. Eu queria saber se esses clubes vão ter acesso a esse complexo e se nesta dinâmica, tem cabimento outras modalidades. Porque sinceramente, futebol, futebol,

futebol, mas nós temos o basquete que nos merece a nossa atenção. A nível regional é uma modalidade que sempre teve muita tradição. Temos o Remo, temos Natação, enfim, acho que criar aqui um complexo onde emana uma concentração exaustiva numa modalidade, parece-me absolutamente redundante e até contraproducente.

Portanto, gostaria de ver aqui um pouco mais explanado que tipo de critério é que utilizaram um para esta decisão. Obrigado."

Vogal Filipe Guerra (PCP) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[028](#)

"Exmo. Senhor Presidente, Senhores Vereadores, todos. Portanto eu gostaria de colocar algumas questões não sobre aquilo que está na comunicação, mas sobre outras questões que poderão ter interesse, no nosso entender sim para a vida municipal.

A primeira prende-se com as obras do edifício Fernando Távora. Sabemos uma parte será ocupada com a Biblioteca, mas preocupa-nos onde ficarão as Associações que até agora lá têm estado. Portanto saber se terão condições para partilhar o espaço para todos naquele edifício? Segunda preocupação em relação a este aspeto, se isso dará margem para eventualmente as associações poderem até aumentar as suas instalações? E se Câmara de Aveiro não deveria ponderar também a existência de outros edifícios para algumas associações e coletividades.

Outra preocupação preense-se com aquilo que é a situação pedonal na Rua do Gravito e Manuel Firmino? São ruas estreitas com passeios que rapidamente devem ser revistos até pela existência de escolas nas imediações.

Terceira preocupação aquilo que foi o cancelamento da Corrida Cidade de Aveiro? É uma corrida que já tem uma tradição, desde 2011, aparentemente terá sido por constrangimentos na circulação! Não fica claro. Todos os anos não houve constrangimentos, este ano tem. Sendo que é uma corrida que tem importância. Pelo impacto que tem, pelos valores que consigo traz. Não me parece que tenha sido positivo o fim dessa corrida.

Outra preocupação tem a ver com aquilo que são os bebedouros públicos na baixa de Santo António e noutros pontos da cidade, que há muito não estão a funcionar, são aqueles que estão situados no Bairro do Alboi. É importante repor os bebedouros públicos onde eles estão a funcionar e eventualmente e ponderar o seu alargamento.

Outra preocupação. O Conselho Municipal de Segurança não tem reunido, portanto, era preciso, é um órgão que existe por alguma razão há-de ser. Mas não tem reunido, portanto era importante que reunisse.

Outra preocupação prende-se com aquilo que é a segurança no Bairro da Beira-Mar. Foi notícia recente 10 dias 15 dias sensivelmente, da existência de vandalismo sobre automóveis estacionados nas imediações daquilo que é o parque de estacionamento debaixo da A25, junto do canal de São Roque. Há notícias de outros tipos de vandalismo, de outros movimentos que que suscitam sentimentos de insegurança, não só entre moradores, mas também entre os visitantes na zona, e era preciso que a Câmara de Aveiro tomasse algumas medidas. Não sei se videovigilância, se aumentar a iluminação pública, se a presença de guarda, enfim, polícia municipal, é preciso tomar medidas em relação a esse sentimento e combater os factos que objetivamente aconteceram.

Outra situação, penso que aquilo que é do IRHU. É um programa de apoio de acesso à habitação destinada a pessoas que estejam e vivam em condições indignas ou que não disponham de capacidade financeira para suportar os custos de acesso a habitação adequada. Naturalmente isto também não será facto novo ou novidade. Passa pelo Senhor Presidente de Câmara, mas o Senhor Presidente também saberá que os municípios têm, portanto, neste projeto, tem uma capacidade própria. Têm a possibilidade de elaboração

de diagnósticos, de definir estratégias municipais, portanto, combate a estes problemas na habitação e ainda decidir e apoiar aquilo que são pedidos de apoio. Inclusivamente os municípios têm a possibilidade de estabelecer regras e até regulamentos municipais, para aceder a apoios dentro deste programa do IRHU. Era importante que o Senhor Presidente Câmara pudesse dizer alguma coisa sobre isto e saber da possibilidade dos munícipes, por via do município também participarem nisto no que isso poderá ter de positivo.

E terminava só com uma última preocupação, a talho de foice, porque, preense-se com aquilo que é um espaço muito importante em Aveiro, uma zona muito nobre, junto à escola primária da Glória/Vera Cruz, junto à PSP de Aveiro, junto ao Tribunal. É aquele grande parque de estacionamento que está praticamente na sua íntegra alcatroado, penso que até em que uma grande parte dele é utilizado pela PSP e pelo Tribunal? Não seria positivo, não seria interessante, para Aveiro, que se encontrasse um outro lugar para se poderem colocar os veículos e que aquele terreno pudesse ser utilizado para usufruto público?

Tanta coisa poderia ali estar, campos de basquete, campos de ténis, tanta coisa se poderia fazer ali num sítio absolutamente central e que está feio assim. No nosso entender achamos que deveria ter uma utilidade bem mais interessante que servir de estacionamento daquela forma. Tenho dito."

Vogal António Neto (BE)⁰²⁹

Vogal Jorge Greno (CDS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰³⁰

"Muito obrigado senhor Presidente. Do extenso relatório da actividade municipal referente ao período terminado no passado dia 18 de Fevereiro, a dificuldade que existe é a de seleccionar alguns dos aspectos para aqui serem comentados neste momento.

Poderia referir as diferentes obras em projecto, concurso, já em execução ou recentemente terminadas, nas vias públicas, nos estabelecimentos de saúde ou nos de ensino, o que, no fundo, vem dar resposta àqueles pedidos que fomos ouvindo aqui, nesta casa, até há cerca de dois anos atrás, ou a intensa programação cultural e recreativa centrada principalmente no período do Natal e festas de São Gonçálinho, ou ainda no novo site e APPs do Município que procuram transmitir, de uma forma mais fácil e clara, a informação disponível para os munícipes e dando possibilidade ao munícipe de informar, de uma forma célere e directa a Câmara dos problemas que vai encontrando no seus dia-a-dia, mas irei focar-me noutros assuntos, também importantes para o nosso Município e Concelho.

Em primeiro lugar, os contratos de delegação de competências nas Juntas de Freguesia. Cerca de 2M€, dos quais 1,7M€ já definidos, são um sinal de confiança mútua entre os órgãos autárquicos envolvidos. A Câmara porque confia que a proximidade da Juntas é, na maior das vezes, um factor decisivo para o bom desenrolar dos trabalhos necessários, as Juntas porque sabem que a Câmara Municipal de Aveiro assina os contratos mas não falha no cumprimento das obrigações financeiras que subscreve.

O apoio às associações é também relevante, seja através da cedência de transportes, isenção de taxas, apoios financeiros à actividade e ao investimento ou construção de infra-estruturas para que as associações aí possam desenvolver a sua actividade.

Realce aqui, para o início do processo de desenvolvimento do Parque Desportivo de Aveiro, 15 anos após a inauguração do Estádio Municipal, único equipamento aí existente, com a abertura do concurso público para a construção do complexo de campos de futebol adjacente ao EMA, e que mereceu, espante-se, a abstenção do PS na votação que ocorreu em sede de executivo camarário. Abstenção num projecto cuja origem remonta à governação municipal do PS, que nos deixou belos projectos para aquele parque.

Já quanto ao sentido das votações do PS já nos vamos começando a habituar, variam como o vento, que, como todos sabemos, é coisa que não nos falta em Aveiro.

Mas, mais ridículo do que o sentido de voto do PS é a sua fundamentação através de declaração de voto, em que, entre outras afirmações, é dito, e passo a citar, “que a utilização do espaço não deveria ser exclusiva de um único clube”, fim de citação, sem contudo adiantarem quais são os outros clubes que deveriam utilizar aquele espaço.

Reforço a adjectivação utilizada, ridículo, porque esta afirmação só demonstra a mais completa ignorância do PS quanto ao que se passa com o desporto em Aveiro, no caso presente com o futebol, ridículo porque quando foram efectuados outros investimentos similares num passado recente, não foi utilizada esta ou outra argumentação similar.

Breve nota também sobre o selo de qualidade EFFE (Europe for Festivals, Festivals for Europe) atribuído ao Festival dos Canais, sinal da excelência já atingida por este nosso evento e que se espera que continue a ser uma das bases para a nossa candidatura a Capital Europeia da Cultura 2027.

Por fim e para terminar esta intervenção o Rossio.

Disse recentemente em entrevista o nosso Presidente da Assembleia Municipal, Luís Souto, que “nunca houve nada de novo em Aveiro que não tivesse discussão”. Frase tão curta mas tão verdadeira.

E a discussão é útil e importante pois pode ajudar a melhorar os projectos apresentados, assim os promotores e os projectistas tenham abertura para essa apreciar as propostas e incorporá-las nos seus projectos. Foi o que aconteceu entre o primeiro boneco do estudo prévio apresentado no Verão passado e a versão em fase de anteprojecto que nos foi dada a conhecer em Dezembro.

Argumentos contra o projecto há vários, mas cuja consistência é reduzida, quase nula.

Que vai provocar o aumento do tráfego, que as casas vão cair, que vai deixar de haver lugar para piqueniques em Aveiro, que vai ficar um descampado, que foi um projecto não escrutinado nas últimas eleições, etc., até parece que do Rossio só vão restar depois da obra concluída os pregos do Augusto e o terreno do PS, pois a casa aí existente há muito já desapareceu, provavelmente fruto das ondas sísmicas provocadas por tantos pensadores a esgrimirem argumentos contra o projecto.

Todos estes argumentos são facilmente rebatidos, de tão inconsequentes que são e certamente que do anteprojecto ao projecto final ainda haverá muitas melhorias a introduzir.

Mas ainda relativamente ao argumentário já referido, que alguns ousam dizer que é subscrito pelos aveirenses – sempre gostava de saber que lhe deu procuração para falarem em nome de todos – deixo apenas uma questão: quantos foram os aveirenses que nas eleições autárquicas de 1997 aprovaram a construção do nosso Estádio Municipal?

Nenhum, asseguro eu, pois a atribuição do Euro a Portugal apenas aconteceu em 1999 e a construção do estádio iniciou-se em 2001, antes das autárquicas desse mesmo ano.

Isto para dizer que quando votamos para a constituição de órgãos executivos estamos a escolher aqueles que queremos que dirijam os destinos da nossa freguesia, do nosso concelho, do nosso clube ou do nosso país, se bem que neste caso possamos ser dirigidos por quem não ganhe eleições.

E a democracia implica o respeito dos derrotados e daqueles que não tendo concorrido ou sequer votado, por aqueles que foram eleitos para executar, para fazer, para dirigir. Quanto a isto não me parece que exista qualquer dúvida a não ser naqueles que julgam que governam estando na oposição, ou que se opõem nas redes sociais mas não concorrem a eleições.

Mas o projecto do Rossio tem vários pontos que merecem ser considerados e que irão melhorar, e muito aquela zona, depois de um período de obras que, naturalmente, irão causar constrangimentos aos residentes, comerciantes e utilizadores.

Em primeiro lugar, a qualificação de uma zona verde que hoje está sem iluminação, favorecendo algumas actividades menos aconselháveis, com caminhos irregulares pois as raízes das árvores estragaram o que ali foi feito há algumas décadas, com relvados cujos utilizadores regulares são sobretudo animais de quatro patas que, com os “presentes” que ali vão depositando e que os seus donos não recolhem, impossibilitam que nós, humanos, utilizemos convenientemente o espaço.

Depois, temos a reorganização do trânsito e a remoção dos autocarros de turismo da zona. Presumo que não seja agradável conviver diariamente com todos os autocarros que por ali carregam e descarregam passageiros quando o deveriam fazer noutros locais.

Mas também não nos podemos esquecer das novas infra-estruturas de águas pluviais e residuais, do aumento significativo da largura dos passeios na envolvente e no acesso ao Rossio e também nas Pontes e na Rua Clube dos Galitos, ou, finalmente, da instalação dos sanitários públicos.

Todos estes aspectos irão valorizar, e muito, uma zona central da cidade que está desaproveitada e que tem potencial para ser muito melhor do que aquilo que é hoje.

O tempo da discussão sobre o chamado projecto do Rossio está a chegar ao fim. É agora altura de começar a obra e a pergunta que dirijo ao senhor Presidente da Câmara é quando estima que teremos o projecto final e a abertura do concurso? Disse.”

Presidente da Mesa⁰³¹

Vogal Sara Tavares (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰³²

"Obrigado Senhor Presidente. Gostaria de perguntar pela norma da candidatura de Aveiro a Capital da Cultura e dentro dela o plano estratégico?

Queria perguntar se vão colocar na plataforma os resultados das várias fases da metodologia do plano. Na primeira parte houve a investigação e o mapeamento. E por exemplo um dos aspectos que iriam ser feitos seria o levantamento de hábitos e consumos culturais. E saber se esses hábitos e consumos culturais por exemplo vão ser utilizados para depois servir de base as escolhas futuras do TA ou assim. Ou se irão constar depois mais tarde porque ainda não estão nessa plataforma e que eu acho que seria interessantíssimo nós termos acesso a esses dados.

Também gostaria de perguntar se estamos na fase dois do envolvimento e participação ou se já há alguns relatórios que nós podemos ter acesso para saber como está este plano?

É um plano que tem de ser feito a 10 anos não é. São valores de partida, mas são valores muito gerais porque em 10 anos as coisas mudam muito e os gostos culturais e as influencias também mudam muito e se vão acrescentando coisas ou não.

Vi que a última notícia que lá está é de Novembro e gostava de saber se contam ir actualizando e se nós podemos ter acesso a esses relatórios. Porque se por exemplo os hábitos e consumos é um aspecto interessante para saber se tanto no Teatro Aveirense, como no Avenida, ou no GRETUA que tem trabalhado também em parcerias, se efectivamente tem tido casas esgotadas é sinal que estão a escolher bem e que o público de Aveiro e arredores está sedento de cultura e de boa cultura.

Portanto queria saber se nós podemos ter acesso a esse tipo de informação. Quando é que estará e se tem havido participação do cidadão comum nesta plataforma?"

Vogal Ana Seíça Neves (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[033](#)

"Boa noite a todos. Já algumas vezes falei aqui das árvores de cidade, por entender que as árvores não são cuidadas e a certa altura têm uma copa de tal maneira grande que não permite que a luz dos candeeiros passe e ilumine os passeios.

E, portanto, têm como consequência que muitas ruas estejam realmente às escuras.

Agora parece que foram todas ao "barbeiro" fizeram-lhe um corte radical, não sei se tomaram em atenção o problema que várias vezes já aqui suscitei e que causa grandes problemas aos moradores, sobretudo a quem é mais idoso.

Na última Assembleia falei da Rua dos Galitos e do que lá foi feito e gostaria de saber se o Senhor Presidente pensou e porque não terá aproveitado a ocasião para que aquele passeio descendente não aumentasse ligeiramente dado o número de pessoas que por ali passam habitualmente.

Vão então iniciar as obras da Rua do Gavito e da Rua do Carmo. E o problema que eu gostaria também de colocar, é saber, sabemos que é uma rua estreita, é uma rua que tem muito trânsito e cujos passeios são realmente muito estreitos e realmente é um problema. Não sei se por acaso se pensou se não se pensou e se está no pensamento do executivo da Câmara fazer alguma coisa.

Vejo com alguma satisfação a remodelação da Igreja das Carmelitas. Até porque somos vizinhos desta Igreja e é frequente as pessoas, os turistas andarem por ali, a quererem entrar e terem a Igreja fechada.

Esperamos que com as alterações que pretendem fazer a igreja seja mais um atrativo turístico e as pessoas realmente possam visitar aquela Igreja, que até tem um interior muito interessante e muito rico.

Devo também acrescentar o seguinte. A Veolia, por causa da recolha do lixo, há muitas ruas em que o lixo se tem depositado e que as pessoas continuam a dizer que não vão buscar o lixo com a frequência que seria desejável. O lixo que muitas das vezes fica cá fora dos caixotes na recolha não o levam e isso não é propriamente agradável para mim. Não sei se isto tem solução ou se estão a pensar resolver.

Queria também falar do problema dos arrumadores até porque vai haver o novo parque de estacionamento junto do Hospital, nos antigos armazéns, os arrumadores, com todo o respeito que a gente possa ter para com essas pessoas que estão nessa condição, são realmente uma situação muito desagradável. Naquele parque em frente ao Hospital onde se paga um euro por dia é frequente os arrumadores virem pedir às pessoas o bilhete, e depois fazem a sua transação com outras pessoas que chegam. Portanto isto não tem ali nenhum policiamento, nenhuma fiscalização, é desagradável.

Bem sei que diz aqui que este novo parque não é pago, mas continuaram lá os próprios arrumadores que acho que a Câmara, já foi falado aqui várias vezes e que iria resolver.

Finalmente. Eu não posso deixar de manifestar aquilo que deveria ter feito na anterior Assembleia, mas que é o seguinte.

Eu faço parte deste grupo municipal, e como pessoa, levanto problemas que gosto que me respondam, e faço-o, do meu ponto de vista, com educação e frontalidade.

E eu acho que o nível da discussão política não pode baixar dessa maneira. Eu penso que a maneira como se utilizam determinadas frases são desagradáveis. Não é que "mulher séria não tem ouvidos. Mas quem não se sentem não é filha de boa gente" e portanto, manifestar o meu desagrado pela maneira como a resposta foi dada. Há muitas maneiras de nós falarmos, de discutirmos, quando não estamos de acordo. Ainda à bocado acabei de ouvir o Jorge Greno, que tem um conceito de democracia completamente diferente do meu. É verdade que quem ganha governa, mas quem governa, governa para todos. Se não é necessário haver uma oposição estamos todos aqui a perder tempo. As pessoas devem

dar as suas opiniões depois sabemos que quem ganha decide, mas também quem ganha também tem de ouvir, porque assim é que é democrático.

Eu peço desculpa, porque sempre ouço com educação as outras pessoas, devo dizer que já não sou nova, mas ando na política e conheço a política de há muitos anos, e respeito todos. Quer aqueles que eu concordo, quer com aqueles que eu discordo. E acho que é da discussão política que pode nascer a luz. Com o esforço de todos resolvemos os problemas da comunidade. Portanto manifesto aqui com todo respeito e consideração, que é sempre grande, mas não posso deixar de manifestar que não gostei da maneira como me respondeu."

Vogal Fernando Nogueira (PS)⁰³⁴

Vogal Joaquim Simões (PS)⁰³⁵

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰³⁶

"Brevemente. Esta síntese da Assembleia Municipal sempre varia um bocadinho de presidente da câmara, para presidente da câmara. E este Presidente de Câmara, actual, fá-lo, tem o seu estilo de apresentação, e acho bem, às vezes até é exaustivo nas coisas. Eu pessoalmente não colocaria a programação do Teatro Aveirense ou os comunicados todos que a Câmara fez sobre isto ou sobre aquilo. Nalguns casos nem são da própria Câmara. Mas pronto são opções e quanto mais informação melhor. Sim senhor.

Eu queria falar em concreto, já agora, como esta coisa tem muita informação, por exemplo no ponto 58 da informação, tem a recompra dos lotes do PP do Centro. Cá aparecer uma informação da Câmara Municipal a dizer que a receita tem de ser gasta na dívida. Se virem, está lá clarinho como água, ali escreve da obrigatoriedade do FAM, como aliás eu tinha dito.

Em relação à Veolia, também podemos ler, a posição pública da Câmara Municipal sobre o andamento da prestação de serviços do lixo. Eu sei que vamos ter um ponto em concreto, mas já agora chamava a tenção para irmos lendo e chegarmos à discussão do ponto com essa informação. Faz um balanço positivo e que se mantém um elevado nível de qualidade na prestação do serviço, depois vamos discutir com calma sobre isso, do meu ponto de vista não é o que se sente na cidade de forma corrente. Do meu ponto de vista questão, não é uma questão política, penso que é consensual.

E depois queria falar ao Senhor Presidente disto. No fundo é o que não está. Já lhe disse isso uma ou duas vezes. E não me cansarei até ao final do mandato fazer.

E por exemplo, encaixo na Capital Europeia da Cultura e também de outros festivais e de outros acontecimentos.

O Carnaval, que hoje até correu muito bem, devo dizer. Andei ai a ver, o meu filho fazia parte do desfile, e acho que é muito interessante com as crianças no desfile. O Senhor Presidente desperdiça, gasta tanto dinheiro no Festival dos Canais, guarde lá algum, eu até lhe explico como é que isso se faz para revitalizar o Carnaval da Ria.

Porque seria um evento com dimensão e caracterizador da Cidade e com o factor distintivo da Ria. E é muito fácil de fazer. Dez moliceiros, um para cada uma das Juntas de Freguesia. As juntas organizam isso com facilidade, pelo menos no início se não se quiser gastar muito. E penso que é do meu ponto de vista, a Câmara Municipal de Aveiro, devia apostar, pelo desenvolvimento que temos tido à volta dos canais. É só isso.

Os canais estão melhor. A Cidade tem crescido bem. Tem ganho actividade turística e, portanto, é um bom projecto. Ainda não percebi bem qual é a renitência disso. Não é apenas a relutância do Senhor Presidente, porque o anterior também tinha a mesma. O problema é de quem é o autor da ideia? O PS dá de barato, não tem problema nenhum nisso o que é preciso é que seja feito. E portanto, deixo de novo esta nota. Já o fiz uma vez,

mas deixo mais uma vez este remoque e no próximo ano voltarei a falar se nada for feito. E para já era só."

Vogal Filipe Neto Brandão (PS)⁰³⁷

Vogal Filipe Tomaz (PPD/PSD)⁰³⁸

Vogal Fernando Marques (PPD/PSD)⁰³⁹

Vogal Ângela Almeida (PPD/PSD)⁰⁴⁰

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD)⁰⁴¹

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰⁴²

"Presidente muito obrigado. Muto obrigado a todos. Rui Alvarenga. temos 14 candidatos no concurso de médico veterinário, estamos a analisar a candidaturas, o projecto está já em fase final, e já estamos a discutir, se não for na reunião de março fecharemos em Abril o acordo entre os onze municípios para o financiamento da obra. Porque obviamente quando lançarmos o concurso queremos ter esse acordo entre nós assumido para saber como é que vamos pagar a obra.

Quanto à matilha de São Jacinto conseguimos apanhar apenas três animais, em operações que nos consumiram muitas horas de trabalho. Quer a nós quer à GNR. É muito difícil. Já lhe disse isso e já lhe pedi ajuda, para o nosso deputado do PAN se encontrar mecanismos legais que nos permitam apanhar este tipo de animais. Com os mecanismos legais que temos é muito difícil apanhar animais que tenham um tipo de bravura, enfim, selvagens, pela sua condição de estarem ali em grupo à muito tempo. É muito difícil.

Já lhe pedi essa ajuda. Reitero esse pedido de ajuda. E já agora se os militantes do PAN puderem vir ajudar a apanhar esses animais seria muito útil para nós. Fica também reiterado esse pedido.

Quanto à questão dos campos do Beira-Mar. O Rui falou nisso e também o Manuel Prior, gostava de dizer o seguinte sumariamente.

Primeiro. Nós concordamos com a opção que a Câmara teve em tempo de criar nesta zona, chamemos do EMA, uma área para construir estes Campos. Nós concordamos, não temos nenhum complexo de concordar com opções dos nossos antecessores, nenhum. Assim como não temos nenhum complexo de discordar.

E portanto, o não cumprimento desse objetivo, trouxe um problema grave ao Beira-Mar. Não foi a mais ninguém. Foi o Beira-Mar. Assim como o incumprimento dos compromissos assumidos pela mesma câmara, na mesma altura, à Associação Desportiva de Taboeira, que tinha o seu campo pelado no sítio onde está o Estádio, criou graves problemas ao Taboeira durante 15 anos.

Isto é objetivo. Ninguém criou problemas ao Estrela Azul, ninguém criou problemas ao Barroca, ninguém criou problemas ao Eixense, pelo contrário até se pôs um relvado no Eixense, eu ervado no Eirólense e também um ervado em São Jacinto.

Portanto, esta opção nossa, que além da cobertura formal que o Manuel Prior acabou de referenciar é muito importante. E solicito a todos, principalmente aqueles que ainda não leram o documento, que o voltem a ler. Porque os considerandos daquele documento sumarizam os incumprimentos da Câmara de Aveiro para com o Beira-Mar. Porque se o Beira-Mar foi à quase falência como foi, por obra e graça dos seus dirigentes, com um alto patrocinador, a Câmara Municipal de Aveiro.

E aquilo que estamos a fazer é criar uma estrutura municipal cuja utilização e gestão vai ser entregue por protocolo ao Sport Clube Beira-Mar.

Mas é curioso que esta nossa decisão política que é igual à decisão política de há 15 anos, mas é nossa. Podemos dizer negativo, discordamos. Mas concordamos. Mas vai ser a

última a ser fisicamente concretizada, no que respeita à qualificação de infraestruturas de clubes de futebol do nosso município. E façam as contas porque eu não as vou fazer porque também tem que fazer alguma coisinha.

O investimento que fizemos no Estrela Azul, por atleta, fomos nós que pusemos um piso de relva sintética, este ano vamos pagar a nova iluminação pública do Estrela Azul. Aquilo que fizemos no Barroca, aquilo que fizemos no Bom Sucesso, embora ainda há uma questão administrativa para tratar, se fizermos contas de investimento por atleta, estamos ao nível do que vamos fazer com o Beira-Mar. Com uma nota. Foi este executivo que já fez e é também este executivo que vai resolver o problema do Beira-Mar que a Câmara Municipal de Aveiro criou. Assim como criou ao Taboeira. Se nós fossemos a pagar ao Taboeira a rendas que teve de pagar durante 13 anos, para os seus 400 atletas fazerem formação de futebol, era uma pequena grande fortuna.

E portanto a nossa nota sobre isto é muito clara. Como sabeis temos o concurso aberto, é um concurso de concepção /construção, com uma indicação de 3.2 milhões de euros de investimento, e tem um campo completo de futebol de 11 com relva sintética. E um campo de futebol de nove com relva natural. Tem mais dois campos de treinos de relva sintética e além de ter que ter bateria sanitária para este grupo de atletas, balneários, áreas sociais, obviamente, tudo isso, rede de iluminação pública, vedação, obviamente é uma infra-estrutura completa aquilo que vamos fazer. Portanto esta é uma política total de apoio.

Nós tínhamos clubes que tinham de fechar a porta porque já não tinham atletas. Vocês conhecem as pessoas. Falem com elas. Conhecem o presidente do Barroca, conhecem o presidente do Estrela Azul, falem com as pessoas. A dificuldade que estavam a ter em ter atletas. O número de atletas que tinham na altura e agora vão falar com eles agora.

Nós sabemos uma coisa, a qualidade das infraestruturas são fundamentais para atratividade, como é óbvio. E ainda bem que é assim. E, portanto, este equipamento municipal vai ser protocolado para o uso regular exclusivo do Sport Clube Beira-Mar, pontualmente para um torneio, para algo assim, poderá ser usado por outros até por estrangeiros.

Mas na nossa política de proximidade e de termos infraestruturas nos 4 cantos do município, estão lá infraestruturas com qualidade. Esta só vai ser mais nova, mas em termos de qualidade tem o nível de qualidade que tem as outras todas. Seja a mais nova que fizemos agora no Taboeira, seja a mais velha qualquer do Barroca ou Estrela Azul.

Não é por serem infra-estruturas com mais idade que deixam de ter qualidade.

Portanto é esta operação total. Hoje estávamos a falar com o Eixense. O Eixense quer que os seus atletas venha jogar par o EMA? Negativo. Estamos a trabalhar com o Eixense para construir ao lado da plataforma de relva que lá existe um meio campo de relva sintética. Ou julgam que os dirigentes do Eixense quer que os seus atletas venham jogar para o EMA? Então e a proximidade. Então e o transportes. Queremos que a malta venha toda viver para a cidade? Mas como é que é a nossa coerência? É isto que está objetivamente em causa, numa política de total, dirigida a todos e não numa política concentracionista em que agora vamos fazer um complexo aqui junto à cidade e toda a gente tem de vir aqui jogar à bola. Negativo.

Portanto é esta lógica que nós assumimos e que está em pleno desenvolvimento. As outras modalidades Rui, estão de facto, num processo enorme e intenso de investimento.

O nosso município não tinha um pavilhão desportivo legal. Os pavilhões das nossas escolas não estavam ao serviço da comunidade numa lógica de preços normal. Estamos hoje a usar campos de quase todas as nossas escolas. Ainda não estão de todos. Estamos hoje a investir para dar qualidade e licenciar pavilhões desportivos como do Bom Sucesso, como do CENAP.

Ou aquilo que recebemos hoje mesmo. É o primeiro dia que somos titulares por 20 anos da Piscina e do Pavilhão, onde faz prática desportiva e bem, e com grandes campeões, como o nadador Diogo, mas a verdade é que são infraestruturas como uma necessidade brutal de investimento e de qualificação que esta Câmara vai ter que qualificar.

Nós não assinamos aquele acordo de segunda-feira, para não ter duas infraestruturas. Nós não vamos iludir. Agora já temos pavilhão e piscinas. Temos duas coisas que precisam de um monumental investimento. Hoje mesmo ouve uma vistoria técnica. O relatório será entregue ao Presidente na próxima 4.º feira, e com base nesse relatório serão feitos os termos de referência para contratarmos o projecto.

E pronto o projecto, vamos lançar concurso público para executarmos as obras. É para isto que nós queremos estes investimentos. Mas continuamos a trabalhar com o CENAP, com o CPE, para licenciar. Os nossos pavilhões são todos ilegais. É esta Câmara que esta a resolver o problema todos. Com dinheiro, obviamente. Mas antes do dinheiro com parceria técnica para ajudar a fazer os projetos e a ajudar a ver os terrenos, que como sabeis a burocracia não é exactamente pequena.

Portanto é este o quadro. E brevemente estamos a adjudicar o nosso pavilhão municipal. Que não vai ser um pavilhão. Vão ser 3 pavilhões dentro do pavilhão.

E proximamente estaremos também a comprar o projeto para a nossa nova piscina municipal.

Portanto é de facto uma política séria, que não faz de conta. Não, não. Temos isto mau e primeiro vamos requalificar o que temos, porque tem potencial para ser bom. E estamos a trabalhar com toda a gente, mas vamos também cuidando de termos uma resposta mais capaz, porque a necessidade está cadastrada e o Rui referenciou de forma clara.

As obras na Fernando Távora com as Associações correu tudo muito bem. Um dia deste Filipe vamos apresentar o resultado final. Está tudo muito bem.

A rua do Gravito e Manuel Firmino, Ana Maria Seíça Neves. Está o concurso para seguir. Irá na próxima semana para Visto do Tribunal de Contas. E vamos seguramente éter Visto. O concurso correu muito bem. Uma das notas é exactamente a rua ficar de cota única para não termos o problema do passeio. Portanto vai continuar a ser de circulação automóvel, mas o espaço para o peão vai ser mais confortável porque fica à mesma cota.

Vai haver uma zona onde vamos pôr pilaretes de marcação e a outra zona que não vamos pôr pilaretes de marcação, mas obviamente a qualidade da situação pedonal vai aumentar muito com esta obra que vamos executar.

A corrida. Eu nunca vou dizer toda a verdade sobre isto Filipe. Para defender idoneidade pessoas. Mas a si digo-lhe pessoalmente com todo o gosto. Como já disse a várias pessoas. Vou só dizer aquilo que um jornal disse com clareza e verdade, foi o PÚBLICO, que no ano passado, com base num conjunto de situações que tinham ocorrido, a visão da empresa de que era a última vez que licenciávamos a corrido.

Por um conjunto de motivos. Entre os quais o principal, é que a empresa tomou compromissos concorrenciais aos nossos em termos de provas desportivas, um. Dois, faziam sistematicamente uma coisa que nós vínhamos chamado atenção em anos anteriores, que era primeiro anunciava a corrida, punha as inscrições a correr, e no limite do prazo, em cima do dia, vinha pedir licença à Câmara.

E avisámos a empresa com clareza meridiana que a edição do ano passado era a ultima edição que a Câmara licenciava, mesmo naquelas condições em que nos colocaram entre a espada e a parede.

E quando este ano a empresa repetiu a gracinha, aquilo que informámos de forma absolutamente clara, lembrando-lhe o que dissemos há um ano atrás, é que não ia haver licenciamento. E aquilo que está escrito no email que enviámos é bem mais do que aquilo que a empresa colocou no comunicado dos constrangimentos do trânsito.

O que está escrito, porque além do mais o que está na memória porque nos conhecemos há muitos anos é mais. Ficamos por aqui. Embora terei muito gosto Filipe de lhe contar o resto. Tem uma parte muito triste e muito lamentável, mas é da vida. Porque a vida também tem coisas tristes e lamentáveis.

Quem gosta de correr. Temos Maratona da Europa em 28 de Abril. 42 quilómetros para quem aguenta, 21 aos moderados, mas têm que estar bem treinados, 10 para aqueles que, como eu treinam poucas vezes, e caminhada para aqueles que gostam do exercício físico mais moderado.

28 de Abril estão todos convidados. Vamos embora, toca a correr. Somos a terceira Maratona do país, a única integrada na rota europeia das maratonas.

Conselho Municipal de Segurança será realizado este mês. E passaremos a realizá-lo sempre todos os trimestres.

O parque de estacionamento do Tribunal é a coisa mais inacreditável do património do Estado na nossa cidade. Estamos a lutar, deste que cá cheguei. Reuniões já perdi a conta seja com a DGTF seja que o Instituto faz a gestão do património das Finanças e da Justiça. É uma verdadeira vergonha. Ainda por cima quando o uso exclusivo é do Ministério da Administração Interna e do Ministério da Justiça. É mesmo para autorizarem o da Educação a usar um bocadinho, foi um filme. E pensem bem. Hoje quem é o equipamento que mais precisava daquele espaço ou de uma boa parte dele? Como é que uma escola com 250 alunos pode ter um recreio que na proporção directa da lei serve para uma escola que tenha metade desse número de alunos? Mas o imperialismo de certas áreas do estado, do actual governo das esquerdas, é este.

Nada Mudou. Lutámos muito. Continuaremos a lutar para que aquilo seja devolvido. Ou no mínimo seja democrático e que deixe de fazer concorrência ilegal ao nosso concessionário, que atualmente é a SABA, porque aquilo desonra o compromisso formal que a Câmara tem com o nosso concessionário que explora o parque de estacionamento da praça marquês de pombal

A estrada, antiga nacional 230 é uma obra que está em desenvolvimento de requalificação. Basicamente colocação de rede de águas pluviais, passeios onde é possível e requalificação do pavimento. Obviamente que a resolução da problemática de situações no centro de Eixo vai necessitar desta obra em primeira instância. Haverá uma ajuda seguramente da ligação Aveiro Águeda, seguramente. Mas devo dizer que em pouco tempo teremos notícias novas sobre a ligação Aveiro Águeda, e isso terá também obviamente um contributo para decisões que viremos a tomar quando essas capacidades estiverem na nossa mão, que é proibição total da circulação de viaturas pesadas dentro daquele eixo urbano, como é óbvio, temos que chegar ao cumprimento desse objetivo.

Vários de vocês perguntaram coisas sobre a Capital Europeia da Cultura. A nossa candidatura está a correr bem.

O plano estratégico para a cultura a Sara colocou várias questões, dentro de muito pouco tempo, neste mês que hoje começou, vamos ter notícias sobre o plano estratégico da Cultura, vamos partilhar com todos o plano. Depois vamos ter um tempo para toda a gente olhar para ele, estudá-lo e opinar sobre ele, e depois temos o tempo de o fechar.

E depois ele terá uma apresentação pública agregada e o lançamento público formal da nossa candidatura que decorrerá no primeiro semestre do presente ano.

Portanto são operações que estão todas em curso, com muito trabalho e obviamente irão ter as aparições públicas fruto desse trabalho como é lógico. Porque para que as coisas possam aparecer é preciso trabalhar bastante.

Mas deixem-me só lembrar isto. Nós vamos criar uma ciclovia, melhor, nós temos a ciclovia criada entre o campo da universidade e a estação de caminhos-de-ferro. Que vai passar junto ao Cemitério Sul e ao Centro de Saude.

Aí, vai sair uma ciclovia que vai entroncar com esta, que vai passar por baixo da linha do comboio junto da Altice e que vai chegar ao Glicínias. Este é o caminho que queremos que as pessoas usem o mais possível para irem a pé ou de bicicleta para o Glicínias, numa zona que é muito urbana. Estamos a ultimar a negociação de uma parcela de terreno que não precisamos dela para a obra em si, mas ela é importante para o desenvolvimento do projecto no seu conjunto. E também dentro de poucas semanas será publicamente assumido.

A Avenida Lourenço Peixinho tem sido muito discutida e eu não me vou repetir. Mas partilha do corredor Bus com o corredor da bicicleta é uma situação normal, tecnicamente avalizada e que existe em vários sítios. Na última reunião aqui referenciei, até disponibilizei o meu telemóvel para mostrar as fotografias que tenho da Avenida da Republica e da Fontes Pereira de Melo em Lisboa.

Foi só esses dois exemplos que dei mas posso dar mais. É uma situação tecnicamente avalizada, não tem questão nenhuma.

Eu gostava de deixar aqui nota também e agradecer ao Jorge Greno e ao Manuel Prior, estas referências sobre o Rossio. Vamos continuar o projecto, vamos trabalhá-lo. Estamos perto de ter o desenho pronto do estudo prévio. Estamos a trabalhar. Há muitas questões de natureza financeira. Naturalmente são muito importantes no que respeita à sustentabilidade do investimento. Questão fundamental para darmos o passo seguinte do lançamento do concurso. Obviamente há aqui que obter sustentabilidade técnica e financeira, é minha convicção que nós durante este semestre, bem antes de acabar o semestre, teremos tudo isto terminado para lançarmos o concurso público para esta obra. Mas queria destacar, subscrever, aquilo que o Jorge Greno disse no que respeita à democracia e àquilo que andamos todos aqui a fazer, para sabermos bem o quadro de princípios de lei e de gestão política em que todos democraticamente e livremente todos participamos, num estado de direito democrático como é o nosso.

Ana Seiça Neves. Nós não fizemos nenhum corte radical. As podas que temos feito são podas tranquilas. Não tivemos nenhuma operação de poda regenerativa, que são aquelas que são brutas, próximas do tronco. Portanto todas as podas que fizemos são podas de arranjo de forma a manter. Não há podas radicais em lado nenhum.

Às vezes usa-se a poda radicais erradamente. Às vezes há podas radicais por processos que são tecnicamente avalizados de indução da capacidade de regenerar uma árvore quando ela ainda tem condições para o fazer.

A questão de corrigir o compasso, como se diz, entre as árvores e os postes, em todas as obras novas essa correção é feita. Isso eu garanto em absoluto, Verão isso na Avenida Dr. Lourenço Peixinho, irão ver na Mário Sacramento, etc.

Obviamente que nas velhas temos que contemporizar as velhas árvores enquanto não são mudadas ou o compasso dos postes. Porque houve um tempo em que não se pensava nisto. Punha-se a árvore junto de postes e não se pensava que a árvore crescia. Quando ela não tem folhas está tudo bem, mas quando tem folhas de coitada luminária, a lâmpada está lá a fazer muito pouco.

Hoje nas obras novas não há problemas desses. Não se cometem erros desses. Temos muito para trabalhar para irmos resolvendo situações destas que temos de vária condição. A Rua do Galitos. A nossa lógica agora foi uma lógica de resolver um problema grave na rede de águas pluviais, na rede de águas doméstica pela ADRA e requalificar pavimento. Tínhamos um problema de assentamento, ali junto da Royal School em que tivemos de construir estrada nova com caixa.

No projeto Rossio estamos a projectar, no âmbito do projecto, a plataforma de passeio numa lógica de acabarmos com uma das 3 faixas de rodagem e à custa desta 3ª que vai

acabar, grosso modo duplicarmos a área do passeio, mas numa lógica de materiais de iluminação pública, de rede de distribuição de energia para carregamento dos motores elétricos dos moliceiros, idêntica àquela que se está a projetar do lado de lá do canal Central, que é o canal de que estamos a falar.

Igreja das Carmelitas passou para a Câmara. O que mudou é isso. Já mandamos ligar a água. Já Ligar a luz, estamos a trabalhar no projecto, portanto chegou gente para trabalhar. Até aqui estava o Ministério da Cultura com a porta fechada.

Portanto o que mudou é que agora somos nós que temos a igreja das Carmelitas na nossa titularidade e estamos a cuidar dela como deve ser. Vamos fazer mesmo antes da obra, vamos dar alguma vida, logo que esteja o projeto pronto vamos obviamente avançar. Já mudámos o telhado. O telhado já está mudado. Foi uma obra que conseguimos que fosse feita pelo Instituto de Gestão Patrimonial e Financeira da Justiça e, portanto, segue essa intensa operação.

Falaremos do lixo a pretexto da proposta que temos no ponto à frente. Só quero dizer isto. Estamos nalgumas zonas da cidade onde a concentração comercial é mais forte com um fortíssimo crescimento na produção de lixo. Que está a usar a rede normal e que não pode usar a rede normal. E, portanto, estamos a fazer um trabalho para responder a esta realidade nova. E obviamente, para serviços de recolha porta-a-porta, nas nossas unidades comerciam altamente produtoras de lixo. E ainda bem que são. É sinal que estão a crescer e a ganhar dinheiro. Não podem é usar a rede doméstica, porque ela não é para isso. E, portanto, estamos a ultimar com a Veolia, no quadro de medidas desta 2ª fase, porque obviamente há esta realidade objetiva, em certas zonas do município. Portanto há uma atenção total, mas é preciso vermos bem quais são as origens das questões para irmos a elas, porque se não cadastramos bem as origens, vamos tomar medidas desfasadas da realidade.

Quanto ao parque de estacionamento do Hospital. A Senhora Dr.ª Ana Maria usou o vamos fazer! Não o parque está feito desde de meados do mês de janeiro. Está tudo a andar bem. Lá aparece uma vez ou outra os arrumadores. A nossa Policia continua a ser incompetente.

Os nossos concidadãos continuam, a dar moedinha. Nós continuamos a lutar para que os cidadãos não deem moedinha. Não aceitem o tráfico de talões e que a Policia faça o seu trabalho, que não faz.

A luta continua. Não temos lá tido grande resultado, mas não é por isso que vamos deixar de lutar para que este problema grave e desagradável como referenciou se resolva de uma vez por todas.

Quanto aos comunicados Dr. Pires da Rosa, falamos muito nisso na outra reunião, não vou voltar a falar. Viva a democracia. E peço desculpa à Dr.ª Ana Maria por um ou outro excesso de linguagem e obviamente procurarei fazer melhor em próximas oportunidades.

Quanto à defesa política daquilo que faz a Câmara farei sempre. Sempre. Já falámos muito sobre isso, não me vou repetir.

Assinámos PMAs, agradeço ao Filipe ter feito essa lembrança. Estamos para lançar o PMA para este ano de 2019, Cultura, Acção Social, as outras áreas que trabalham justapostas ao ano civil. Vai ser lançado o procedimento nas próximas duas semanas, embora o nosso novo regulamento já esteja em vigor. Estivemos também à espera que ele entrasse em vigor.

Agradecer ainda as referências do Presidente Fernando Marques e da Presidente Ângela Almeida, nomeadamente na gestão das escolas. Estamos já a trabalhar com toda a intensidade nos projectos, com os projetistas, do Sol-Posto, de Azurva, de Quinta do Loureiro, do Paço, de Verdemilho está fechado. E mais novidades que vamos ter nas escolas.

Segue o bom investimento de requalificação. Segue a bom ritmo a nossa obra nova do 1.º ciclo de São Bernardo. Nesta fase está num bom ritmo, mas esperamos que agora não abrande para dar qualidade ao nosso parque escolar.

Estão assumidas as opções em relação a Esgueira para depois seguirmos também a adjudicação do projecto nessa componente que é tão importante.

Duas ou três notas ainda sobre as questões do PAOD.

Algumas já falei, dos cães, da Avenida Lourenço Peixinho, da nossa Piscina e do nosso Pavilhão ex-IPDJ.

Hoje o Raul Martins não veio, mas falaremos um dia sobre as aves. Com toda esta problemática das aves e que nós brincámos um bocadinho mas que temos mesmo algumas questões delicadas com as pombas, com as gaivotas. O problema das gaivotas hoje é uma questão delicada. São questões muito complexas. Estamos a trabalhar procurando as melhores soluções a este nível.

O Fernando Nogueira tem um problema se vamos deixar crescer, criar robalos, na antiga ruína da capela de São João. Informar o Fernando que o Robalo não é um peixe voador. O peixe voador não existe nas nossas águas é um peixe de águas quentes, em regra. E, portanto, nós não temos peixe voador. Eventualmente por sua falta de conhecimento da área da Biologia Marinha o robalo não têm asas. E, portanto, não vamos ter robalos naquela zona. Ainda por cima há uma dificuldade do robalo em viver em cativeiro. Não há produção em cativeiro. Ali não há coluna de água, não teriam alimento, etc.

Portanto é uma outra. O episódio que ali temos não tem a ver com isso. Mas percebo que não seja a sua área de especialidade e portanto não há robalos voadores e nós não temos peixes voadores porque eles são da zona do equador.

Ah, os montes! A operação que nós fizemos, eu já expliquei, repito, o achado da operação arqueológica acabou. O achado vai ser coberto com um conjunto de cuidados técnicos. Coberto e tapado com uma tela geotêxtil. Depois coberto com material de terra, e ele depois só voltará a ser destapado quando a obra começar. Essa operação acontecerá nas próximas semanas. É uma operação muito simples, muito breve, para recompor aquilo, para que depois quando formos à obra aí sim vamos tratar da conservação nos termos que o projeto venha a definir. Muito obrigado.”

Membros da Assembleia

Vogal Rui Alvarenga (PAN) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[044](#)

"Obrigado Senhor Presidente. Agradeço as explicações do Senhor Presidente da Câmara. Mas gostaria de dizer que a caricatura que faz sempre dos militantes do PAN começa a ser muito pouco estimulante. Quer dizer, temos de dar um salto no sentido de nos encarar com outra seriedade.

E a questão é que objectivamente fomos os únicos que despertou este plenário para o problema que subsiste no concelho. Eu já reuni consigo pessoalmente. Eu trouxe propostas muito objectivas sobre o que poderíamos fazer. Foram rejeitadas. Eu convidei-o para um evento do PAN onde presumo foi bem recebido. Não vi lá nenhum "apanhador de canídeos". Vi pessoas de todas as áreas, desde o ponto de vista jurídico, até associações que estão habituíssimas a apanhar os cães e a tratar e a encaminhá-los para adoção. Essas Associações que V. Exa prometeu reunir com elas e identificar como poderiam trabalhar juntos. Não sei se reuniu. Mas são pessoas que podem claramente ajudá-lo nesse objectivo. Porque têm espaços e de forma regular fazem esse tipo de operação.

Nesse evento onde estive, foram-lhe dadas também algumas ideias. Mas mais. Mesmo que não queira ouvir o PAN e presumo que tenha algum preconceito em relação ao partido, presumo que nem nunca tenha lido o manifesto do mesmo, convinha falar com alguns

colegas da Associação nacional de municípios portugueses que estão de facto a desenvolver um trabalho meritório a esse nível. E são municípios que, nem sequer se compara, com os recursos que Aveiro tem e com a dimensão de capital de distrito que Aveiro tem.

O PAN só traz isto aqui de forma reiterada, a contra gosto, porque de facto o problema subsiste. É um problema que em pleno século XXI as principais capitais do norte e centro da Europa já fizeram desaparecer.

Então acha que eu venho sempre de forma reiterada fazer recalcações sobre esta matéria para gaudir das assistências? Não. Nós temos claramente sido o Partido mais objectivo nesta matéria. Caricaturar a nossa ação mesmo ao nível nacional é muito pouco estimulante do ponto de vista intelectual. E acho que não devia ser assim. Obrigado."

Vogal António Neto (BE)⁰⁴⁵

Vogal Jorge Grenó (CDS)⁰⁴⁶

Vogal Fernando Nogueira (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta⁰⁴⁷

"Dois pontos relativamente a isto. A ausência de debate não significa que abandonámos o debate. Porque existe um ponto para discutir estas questões aqui. Mas deixem-me fazer uma nota que é curioso ver este sentimento dos deputados Filipe Tomaz e Manuel Prior de sentirem-se isolados, de estranharem não haver debate. Eu é que acho estranho. Há aqui um intenso nervosismo que não se percebe ao que vem. Parece que andam num processo de autoconvencimento de que isto é realmente bom. Mas o que é certo é que ficou muito claro que a "direita" entra naquele estacionamento, mas entra sozinha. Entra sozinha - se alguma vez entrar. E isso é claríssimo. Porque o debate não podia estar mais cristalizado. E o nervosismo de ausência do debate é que me parece curioso.

Há mais do que argumentos para haver o debate e vêm agora com 20 metros de passeios e não sei o quê!? Esse debate já foi feito há mais de um ano e neste momento nem devia ser argumento. Fiquem sozinhos nesta discussão deu-me algum gozo. Porque dizer debatam para aí o Rossio e convençam-se que é bom é a minha reacção a isso."

Vogal Pires da Rosa (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta⁰⁴⁸

"É sobre o Rossio. É só para dizer que tenho umas coisinhas que ainda não disse, porque vai haver um ponto, mas V. Exas aproveitaram o uso do tempo que entenderam, até porque está na Comunicação Escrita.

Já agora do CDS eu não tenho dúvidas, não tenho. O CDS sempre foi claro ao apoio ao projecto. Já do PSD não. O PSD fez um comunicadinho da sua direcção política já um bocadinho diferente. Tem a bancada que tem a sua postura e o Senhor Presidente e a sua equipa que apresentaram o projeto e que o defendem. Aliás, cm frontalidade e enfrentam-no.

Sobre um bocadinho esta tónica também. A intervenção mais dura de hoje é um exemplo claro da forma como se pode fazer política concreta e duríssima foi intervenção do PAN.

Para mim das intervenções que eu ouvi aqui hoje, curiosamente elegante e educada, foi duríssima na forma como foi feita.

Estou à espera das explicações do Senhor Presidente de Câmara. Já agora para dizer, suportando o que é a opinião do PAN, dizer que também me preocupa o lado inverso.

O Senhor Presidente disse à pouco que só apanharam três cães, e eu tenho preocupação sobre isso. Qualquer dia há uma fatalidade, esperemos que não em São Jacinto, não no concelho, mas noutra sítio e as matilhas é realmente uma coisa que me preocupa.

N terra da minha sogra que é em Águeda, há uma matilha com cães e já há duas ou três pessoas atacadas. Espero não haver uma fatalidade com uma criança para que se resolva o problema.

Eu sei que o PAN não tem a ver com isto, também está preocupado seguramente, mas o problema é que a legislação nacional andou para a frente, sem haver uma capacidade financeira para as autarquias resolverem o problema. O Senhor Presidente já explicou isso bem, eu subscrevo. Estou nessa. Mas temos que arranjar uma solução qualquer.

E cave-lhe a si (lá calha) decidir isso e é a sua responsabilidade como já nos fez questão de lembrar e bem na outra sessão.

Bem, sobre o carnaval da Ria não me respondeu já é bom. Na outra vez disse que não, agora não respondeu, da próxima espero vá dizer sim senhor.

E ultimo ponto que guardei para questão da rotunda das Glicínias. Foi feita uma reparação que era para ser feita em três dias, penso que até o fizeram em dois, e ainda bem.

Porque foi uma confusão na cidade por completo. Só aqueles dois dias foi, não estou a dizer que a intervenção não fosse necessária), mas só para dizer o seguinte. A complicação que existiu só por causa desses 2 dias de obra, que foi feita com rapidez, faz-nos pensar muita coisa. Aliás, eu já expus aqui várias vezes.

E, portanto, eu pedia um cuidado extremo ao Senhor Presidente da Câmara, para as obras vão arrancar, para a necessidade de haver um grande planeamento em relação à afluência, ao aumento de tráfego que vai haver com a duplicação do Centro Comercial Glicínias, que eu acho que foi um erro. É um erro aquele projeto naquela zona sensível da cidade, porque N109 como até já foi lembrada aqui por várias bancadas, é a primeira circular de Aveiro se quisermos chamar assim, e aquilo é uma pressão doida. E a mim parece-me e volto a dizer isto e vou dizer as vezes que forem necessárias, a verba que está destinada para a melhoria necessária dos acessos, para o aumento de pressão que aquilo vai ter é manifestamente insuficiente.

Eu acho que nos vai acabar por sobrar para nós, para a Câmara, a termos que gastar mais algum para garantir os acessos que vão ser necessários ter da pressão que ali vai ter em termos de tráfego.

E portanto, nem é tanto uma pergunta, era uma chamada de atenção ao Senhor Presidente da Câmara, para andar bem em cima disso quer em relação ao projeto e às medidas que aquilo vai ter, porque como está, penso que é insuficiente."

Vogal Fernando Marques (PPD/PSD)⁰⁴⁹

Vogal Filipe Tomaz (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta⁰⁵⁰

"Obrigado Senhor Presidente. Só dar nota breve do seguinte. Eu acho que o nervosismo está do lado da bancada do PS relativamente ao assunto, que é um assunto que preocupa os cidadãos e os municípios aveirenses, hoje vieram aqui a Assembleia Municipal manifestar essas suas preocupações, num concurso de ideias que efetivamente até o próprio Presidente na própria sessão da Assembleia Municipal disse-o que havia aspetos no concurso ideia com que não concordava. E todos nós, se calhar, incomodava-nos por exemplo a mancha de betão digamos que estava, em detrimento de espaços verdes — e tudo isso foi melhorado. Mas eu quero só dizer-vos o seguinte. Quando o concurso de ideias foi lançado ele considerava quatro dimensões. E é por isso que eu fico espantado hoje, até pelos próprios Aveirenses que tiveram preocupação relativamente a um projeto, numa zona tão sensível, que não haja mais discussão sobre este aspeto. O que representa e significa que há um esvaziamento da argumentação inicial, porque efetivamente muitas das questões foram resolvidas ao longo de todo este processo.

E vou-vos relembrar as 4 dimensões. Era haver um espaço grande para eventos, para se fazer grandes eventos; a outra era haver espaços de passeios, zonas pedonais, para de facto as pessoas e os turistas usufruírem da zona do Rossio; haver um estacionamento para automóveis subterrâneo (isso era uma das dimensões); e a outra tinha a ver com valores culturais que deviam estar presentes.

Portanto há aqui 4 dimensões no concurso de ideias. E vocês consideram que a discussão do Rossio se resume única e exclusivamente a um ponto, que nem sequer foi o PS que trouxe para a ordem de trabalhos (é uma proposta do Bloco de Esquerda) para fazer a discussão do Rossio, que é o estacionamento do Rossio!?

Portanto vocês resumiram a discussão do Rossio ao estacionamento Rossio! Eu só posso entender isto uma forma. É que todas as outras preocupações foram inicialmente levantadas, foram efetivamente corrigidas, tal como o Presidente da Câmara disse que iriam ser feitas ao longo de todo este processo. Tenho dito.

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD)⁰⁵¹

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS)⁰⁵²

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰⁵³

"Só três questões. Primeira: Estão todas as questões devidamente acauteladas e logo que terminemos a revisão do Plano Director Municipal apresentaremos publicamente todo trabalho de planeamento que está feito, grosso modo da duplicação da área do nosso parque de feiras e exposições onde entre outros eventos queremos continuar a realizar a nossa Feira de Março.

Pires da Rosa é só voltar a ouvir a resposta que já lhe dei. É exatamente a mesma. Mas para que a omissão não seja mal entendida, quanto ao carnaval da Ria, a minha última resposta mantém total validade.

E já por antecipação, para o ano, quando voltar com a ideia, a minha resposta é exatamente a mesma. Portanto fica já essa questão tratada por antecipação.

Terceira questão. Deixar claro ao Rui Alvarenga, enfim, eu não quis caricaturar. Embora eu perceba as palavras com correção, mas eu também as usei.

Há duas coisas que são problemas objectivos. Primeira é as técnicas que hoje legalmente podemos usar para apanhar os animais são um problema.

Nós não podemos usar a que era mais eficientes que era a pistola com soporífero. Era só uma questão de pontaria como é evidente. Mas não podemos usar.

As malhas pesadas também mais fáceis de usar, hoje estão proibidas. Ou mesmo alguns truques que se usavam com carne e cio de cadela, estão proibidas por lei.

Portanto Rui, quase temos que apanhar mesmo à mão. E aí aparece o segundo problema. Que são os recursos humanos que temos ao nosso dispor capazes de fazer isso. São de facto muito limitados. Rui foi só estas duas coisas objetivamente, e que lhe apelo para que transmita ao nosso deputado para que em sede legislativa possa resolver. É como diz o Pires da Rosa, com a lei que temos, ele falou de matilhas em Águeda, mas este é um problema nacional. Porque há um desequilíbrio grave entre a legislação, os meios financeiros para a cumprir e a cultura dos nossos cidadãos e é preciso intervir.

Fez-se intervenção na lei, mas o resto de dinheiro e cultura não interessa. Não. Isto está errado. É isto que é preciso fazer.

Não quis caricaturar embora perceba o uso da palavra que fez. É isto que está em causa para nós melhorarmos a nossa prestação nesta matéria da boa gestão dos animais de companhia. Muito obrigado."

Não havendo mais intervenções, nos termos do número 3 e 4, do artigo 57.º, do Anexo I, da Lei 75/2013, de 12 setembro, o Presidente da Mesa da Assembleia colocou à deliberação do plenário a aprovação em minuta da ata respeitante a esta reunião, não se verificando oposição.

Depois de lida, a acta em minuta foi colocada à discussão⁰⁵⁴ não se verificando intervenções.

Submetida à votação, foi aprovada por unanimidade, cujo texto se anexa, fazendo parte integrante da presente acta.

De seguida o Presidente da Mesa deu por encerrada⁰⁵⁵ a segunda reunião da Sessão Ordinária de Fevereiro, informando que os trabalhos da sessão, nos termos regimentais, continuam no dia 08MAR19 (sexta-feira).

Eram 24:00 horas do dia 01 de Março de 2019.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta, que tem como suporte gravação digital de tudo quanto ocorreu na respetiva reunião da sessão, nos termos do disposto no artigo 45.º do Regimento, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Manuel Cartaxo, responsável da subunidade da estrutura orgânica de Apoio ao Presidente e à Assembleia Municipal, que a elaborei nos termos legais.

(3:30)